**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

FELIPE COELHO DE SOUZA LADEIRA

***O Pro Milone* e a justificativa da violência na defesa do Estado no
pensamento político de Cícero**

São Paulo

2008

FELIPE COELHO DE SOUZA LADEIRA

***O Pro Milone* e a justificativa da violência na defesa do Estado no
pensamento político de Cícero**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social
Orientador: Prof^ª Dra. Maria Luiza Corassin

São Paulo
2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Felipe Coelho de Souza Ladeira

O *Pro Milone* e a justificativa da violência na defesa do Estado no pensamento político de Cícero

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.
Área de Concentração: História Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Indubitavelmente haveria de agradecer inúmeras pessoas que, de uma maneira ou outra, tornaram possível que um simples projeto se consumasse neste trabalho que vos apresento. A todas estas pessoas, minha humilde gratidão. Entretanto, não poderia, de modo algum, deixar de expressar meu sincero agradecimento:

À minha mãe Suelene. Todo o amparo, amor, e compreensão a mim dispensados ao longo destes anos propiciaram-me a segurança financeira e o conforto necessários para que eu confrontasse todos os percalços que a vida me apresentou.

À minha irmã Juliana, cujos debates e auxílio se revelaram indispensáveis. Aqui manifesto a profunda admiração que nutro por você.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Luiza Corassin, por todo o apoio, solicitude e, principalmente, pela paciência durante nossa trajetória. Uma historiadora ímpar a quem expresso todo o meu agradecimento pelo amadurecimento que tive ao longo de todo o nosso trabalho.

Ao Prof. Dr. Daniel Valle Ribeiro, grande especialista de História Antiga e Medieval, que me apoiou e incentivou durante meus passos iniciais.

Aos meus grandes amigos historiadores e aos meus irmãos escoteiros, em especial Lais, pelo incentivo, paciência, compreensão e apoio nos momentos mais difíceis.

“O escrever não tem fim.”

Scribendi nullus finis.

Fedro – *Fábulas*

RESUMO

LADEIRA, F. O *Pro Milone* e a justificativa da violência na defesa do Estado no pensamento político de Cícero. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

O presente estudo tem por objetivo contribuir para a compreensão do pensamento político de Cícero no contexto do *Pro Milone*. Analisar-se-ão, portanto, a construção retórica do discurso, evidenciando o modo como a conduta de Clódio justificaria a violência de Milão no intuito de preservar o Estado. Ao mesmo tempo, a partir de uma análise histórica da carreira de Clódio, pode-se refletir sobre os aspectos políticos do seu relacionamento com Cícero e Milão, contrapondo os argumentos apresentados no discurso.

Palavras-chave: Cícero. *Pro Milone*. Clódio. Política Romana.

ABSTRACT

LADEIRA, F. The *Pro Milone* and the justification of the violence in defense of the state at Cicero's political thought. 2008. 96 f. Dissertation (Master's degree) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

This dissertation aims at contributing to the discussion and comprehension of Cicero's political thinking in the context of the *Pro Milone*. The speech rhetoric is analyzed, focusing on how Clodius would justify the Milan violence as a means to preserve the state. Based on analyzes of Clodius's career, this dissertation focuses on the political aspects of Clodius's relationship with Cicero and Milan, contrasting the arguments presented in the speech.

Keywords: Cícero. *Pro Milone*. Clodius. Roman Politics.

LISTA DE ABREVIATURAS

AJPh	American Journal of Philology
CP	Classical Philology
CQ	Classical Quaterly
CR	Classical Review
G&R	Greece and Rome
HSPh	Havard Studies in Classical Philology
JHE	The Journal of Hellenic Studies
JRS	Journal of Roman Studies
P&P	Past and Present
TAPhA	Transactions and Proceedings of the American Philological Association

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Cícero, o cidadão e o político.....	13
1.2	Considerações sobre os discursos de Cícero.....	17
1.3	Estrutura do <i>Pro Milone</i>	20
2	A FACE POLÍTICA DO DISCURSO JUDICIAL.....	23
2.1	Retrospectiva de Ascônio.....	24
2.2	Análise da construção retórica dos argumentos do <i>Pro Milone</i>	26
2.2.1	Relacionamento de Milão e Clódio com Pompeu.....	26
2.2.2	Clódio <i>insidiator</i>	28
2.2.3	Caracterização de Milão e sua conduta na defesa do Estado.....	33
2.2.4	Caracterização de Clódio e legitimação de sua morte em benefício da <i>salus</i> do Estado.....	37
3	CLÓDIO E MILÃO.....	44
3.1	Reflexão historiográfica da figura de Clódio.....	44
3.2	Carreira política de Clódio.....	49
3.2.1	Do escândalo público a adoção à plebe.....	49
3.2.2	A legislação tribunicia de Clódio.....	51
3.3	A prática da violência por Milão e Clódio.....	55
3.3.1	A configuração e utilização dos grupos armados.....	57
3.4	Contraposição ao <i>Pro Milone</i>	62
3.4.1	O tema da <i>insidia</i> em Cícero e em Ascônio.....	62
3.4.2	Os motivos de Milão e de Clódio.....	63
4	REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO DE CÍCERO	66
4.1	A relação entre <i>boni/improbi</i>	66

4.2 Da concórdia entre as ordens a ligação política com Milão.....	72
4.3 Autoridade do Senado e <i>dignitas</i> senatorial.....	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo contribuir para a compreensão do pensamento político de Cícero no contexto do *Pro Milone*, evidenciando sua construção retórica para justificar o assassinato de Clódio como um ato em defesa do Estado. Esta dissertação estrutura-se em três capítulos, precedidos por uma introdução e complementados por considerações finais.

Nesta Introdução, discutiremos alguns aspectos relativos à trajetória pública e privada de Cícero, destacando a importância de sua obra, em especial a constituição do discurso judicial, tendo em vista a análise da construção retórica a ser desenvolvida no primeiro capítulo.

Em nosso primeiro capítulo (A face política do discurso judicial) buscaremos demonstrar como Cícero, utilizando-se da retórica e da prática oratória no *Pro Milone*, constrói a argumentação de que Milão deveria ser absolvido e Clódio considerado culpado. Nessa análise retórica evidencia-se como Cícero elabora a imagem negativa de Clódio, justificando a violência de Milão com o intuito de preservar o Estado.

No segundo capítulo (Clódio e Milão) apresentaremos uma reflexão historiográfica da figura de Clódio, seguida de uma análise histórica de sua carreira, evidenciando o relacionamento entre Cícero, Milão e Clódio, e destacando a formação e utilização dos grupos armados. Para finalizar, realizamos uma comparação entre a trajetória histórica de Clódio e Milão e os argumentos retóricos contidos no *Pro Milone*.

No terceiro capítulo (Reflexões sobre o pensamento político de Cícero) realizamos uma reflexão a respeito de alguns aspectos do pensamento político de Cícero presentes no *Pro Milone*. Inicialmente trataremos da relação entre os termos *boni /improbi* com os conceitos de

optimates / *populares*. A seguir destacaremos a importância da concórdia das ordens para a manutenção do Estado. E por fim, evidenciaremos o papel oligárquico exercido pelo Senado na condução do Estado.

Entre Tito Ânio Milão e Públio Clódio Pulcro¹ existiam motivos de inimizade muito profundos, que em parte derivavam de sua relação com Cícero. Milão era tribuno da plebe quando apoiou o retorno de Cícero do exílio, ficando muito amigo do orador posteriormente. Por outro lado, Clódio era inimigo declarado de Cícero, inclusive após seu regresso.

Ambos eram candidatos à magistraturas para o ano de 52²: Milão para o consulado e Clódio para a pretura. No entanto, os comícios eleitorais atrasaram-se de tal maneira que no mês de janeiro de 52 não havia ocorrido ainda eleições nem para cônsules e pretores. Em meio a essa situação, as comitivas de Milão e Clódio encontraram-se na Via Ápia, na altura de Bovilas, a primeira se dirigindo a Lanúvio e a segunda regressando a Roma. Ocorreu um confronto entre as duas comitivas, resultando na morte de Clódio.

No *Pro Milone*, Cícero afirma que Milão não planejou o assassinato de Clódio para depois demonstrar que, mesmo que o tivesse cometido, ele deveria ser absolvido. Essa relação, no pensamento do orador, é um argumento para legitimar não só o ato de Milão, mas, sobretudo, reflexo de uma faceta do pensamento oligárquico da época. Nosso estudo busca compreender porque Cícero constrói uma figura de Clódio como inimigo público para, em seguida, justificar sua morte nas mãos de Milão, apresentando este como um bravo defensor da *res publica*. A partir dessa questão, tornou-se imperativo entender a maneira como os grupos armados de Clódio e Milão afetaram a vida pública em Roma na década de 50. Da mesma forma, buscou-se desvelar uma imagem do Clódio para além dos discursos de Cícero. E finalmente, baseando-se nos conhecimentos adquiridos em nossa pesquisa, desenvolvemos

¹ Públio Cláudio Pulcro adotou o nome gentílico Clódio quando da sua transferência à plebe, em 58. Nesse trabalho adotaremos o nome Clódio de uma forma geral.

² Todas as datas contidas nesse trabalho correspondem à a.C.

uma reflexão sobre alguns aspectos do pensamento político de Cícero inseridos no *Pro Milone*.

1.1 Cícero, o cidadão e o político

Marco Túlio Cícero nasceu no município de Arpino em 106 e morreu no ano de 43. Sobre a infância de Cícero encontramos em Plutarco algumas anedotas associadas com predestinação, misticismo e incríveis talentos infantis. A respeito de sua educação, o biógrafo nos informa que bem cedo Cícero foi enviado a Roma para estudar e, após concluir os primeiros estudos, teria tomado lições com Filon o acadêmico, o qual os romanos admiravam a eloquência e caráter. (*Cícero* 1-3) Nessa mesma época, o jovem Cícero teria sido grande freqüentador da casa de Múcio Cévola, o áugure, descrito como um grande homem de Estado e ilustre senador. Desta convivência teria adquirido prudência e um profundo conhecimento das leis (NICOLET, 1986, p.36).

Em sua juventude Cícero foi espectador de momentos conturbados que moldaram a política e a sociedade romana e certamente influenciaram sua posterior vida e obra. Ao mesmo tempo, sua elevada educação e contato com indivíduos igualmente cultos e bem instruídos também contribuíram para moldar seu perfil político. Essa esmerada educação aliada ao interesse filosófico que Cícero manteve em vida resultariam em sua preferência para analisar mudanças históricas em termos morais, como por exemplo, a corrupção do seu tempo (ATKINS, 2000, p.477).

Cícero possuía quinze anos quando o tribuno Lívio Druso foi assassinado deflagrando o início da Guerra Social entre Roma e seus aliados e, pouco tempo depois, testemunhou a

luta pelo poder entre Sila e Mário / Cina. Destaca-se em tal período o massacre de cidadãos romanos e itálicos estabelecidos no Oriente, o longo conflito entre Roma e Mitridates, assim como a invasão da Cidade pelo exército de Sila resultando nas reformas administrativas e proscricções.

Entre 79 e 77, Cícero estabeleceu-se na Grécia complementando seus estudos e, no final do ano seguinte, aos trinta anos, iniciou sua carreira como magistrado. Foi questor em 75³, edil em 69 e pretor em 66. Cícero galgou a carreira das honras, a via dos cargos públicos, mas foi como orador que ele conquistou sua primeira e maior fama (LÖFSTEDT, 1958, p.71). Como orador judicial, aprimorou seus discursos e eloquência enquanto advogava em favor de numerosos clientes. Essas demonstrações públicas de apoio, apesar de não representarem ganho material ou financeiro, seriam de grande importância nos períodos em que ele se lançava como candidato aos cargos públicos.

Na série de eventos que se seguiu à década de 70, como a tentativa mal sucedida de tomada de poder por Lépido em 77, a guerra contra Sertório (76-72) e a revolta de Espártaco (73-71), o Senado enfraquecido cedeu a concessão de comandos militares especiais. Confiou a Pompeu, um oficial competente mas sem passagem pelo *cursus honorum*, a direção de suas tropas (RIBEIRO, 1962, p.68). A ascensão de Pompeu nesse período foi particularmente espetacular rendendo-lhe o consulado para o ano de 70, antes mesmo de estar tecnicamente qualificado para candidatar-se. A carreira de tal homem proporcionou-lhe um exército leal e experiente, e o potencial poder para ignorar os procedimentos constitucionais com a ameaça da força (ATKINS, 2000, p.481).

Três anos depois do consulado, Pompeu recebeu novo comando extraordinário com o intuito de reprimir a pirataria no Mediterrâneo, tarefa que cumpriu em apenas três meses. No ano seguinte, em 66, recebeu novo comando extraordinário com a finalidade de solucionar

³ Foi questor na Sicília, cuja experiência iria ajudá-lo posteriormente contra Verres. Durante sua edilidade promoveria três vezes jogos públicos e, tendo recebido a maior quantidade de votos dentre os oito pretores eleitos, tornou-se pretor urbano.

as hostilidades que ainda se arrastavam contra Mitridates no Oriente. O discurso de Cícero *De imperio Cn. Pompei*, além de conter um longo elogio à glória de Pompeu, foi sua estréia como orador de peso no Senado (RIBEIRO, 1962, p.83).

Até o *Pro Milone*, Cícero teve dois grandes e importantes embates em sua carreira política. Contra Catilina em 63, o então cônsul Cícero saiu vitorioso ao revelar e impedir a conspiração, recebendo o título de “Pai da Pátria” pelo Senado. Contudo, a execução sem julgamento dos catilinários violou o princípio de que até o mais humilde cidadão tinha direito de apelação (BRUNT 1981 p.108). A repercussão dessa medida foi sentida por Cícero em 58, quando Clódio, reivindicando a liberdade dos cidadãos contra o tratamento arbitrário dos magistrados, promoveu o exílio de Cícero. O confisco de suas propriedades não foi apenas uma punição fiscal, mas também uma medida efetiva no sentido de macular a memória das conquistas de Cícero em Roma (HALES, 2000, p.46).

Cícero fugiu de Roma tão abalado e deprimido que, de acordo com suas correspondências no período do exílio, pensou inclusive em suicídio (CIC. *Att.* III, 2-8). Na segunda metade de 58, inicia-se em Roma o movimento pelo retorno de Cícero, o qual ganhará força em 57. Fortalecido e esperançoso com o retorno, Cícero começa a descrever sua partida em termos de sacrifício, como uma *devotio* para a República e todos os *boni*, evitando assim um possível conflito e derramamento de sangue entre os cidadãos.

Em todos os discursos pós exílio, Cícero repetidamente apela para a idéia que, como resultado da violência e das ilegalidades armadas por Clódio em Roma, a *res publica* praticamente cessou de existir por um período. Dessa maneira, para Cícero, seu exílio não poderia ser considerado legítimo, pois a *res publica* é que esteve ausente de Roma durante aquele ano (NARDUCCI, 1997, p.66). Outra característica recorrente desses discursos é a associação que Cícero constrói entre Catilina e Clódio, denominando-o como herdeiro de

Catilina. De acordo com Cícero, os seguidores de Clódio chamavam-no de *felix Catilina* (CIC. *Dom.*, 72).

Examinando de perto a atividade filosófica de Cícero, dois pontos essenciais chamam a atenção: primeiro, ele dedicou-se à filosofia apenas nos períodos em que ele não podia atuar como orador ou homem de Estado; segundo, sua relação com a filosofia grega, à qual se dedicou durante a vida toda (LÖFSTEDT, 1958, p. 81).

No aspecto filosófico, o período áureo da República romana para Cícero, estaria há algumas gerações no passado, numa época em que a gestão da *res publica* estaria moralmente de acordo com as tradições (BELL, 1997, p.17). Assim, nos seus trabalhos filosóficos Cícero enfatiza o período em que o conflito de interesses entre os cidadãos era mantido em segurança através da liderança de homens como Cipião Emiliano e Catão, o censor (WHEELER, 1952, p.55).

Destacamos ainda, a contribuição de Cícero para o estudo do período final da República por meio das informações contidas em sua correspondência pessoal. Löfstedt (1958, p.68) afirma que a partir dessas cartas temos um conhecimento mais íntimo e detalhado dos relacionamentos pessoais de Cícero, seus amigos e vida diária, do que de qualquer outra figura da antiguidade. Nelas podemos perceber Cícero como o político e o homem comum e ver não apenas o que ele fez, mas também o que ele gostaria de ter feito mas não fez, tanto por não ousar como por não conseguir (LÖFSTEDT 1958, p.68).

1.2 Considerações sobre os discursos de Cícero

Os discursos de Cícero permanecem extremamente atuais por várias razões. Além de formarem um imenso manancial de informações sobre a República romana tardia, foram elaborados a partir da mais eficaz oratória. Cícero, além de proeminente orador, desempenhou um importante papel no curso dos acontecimentos políticos de sua época. Apesar da longa trajetória de estudos ciceronianos, seus discursos são ainda muito férteis para a pesquisa histórica (ROSA, 2004, p. 126).

De 81 a 43, datas do primeiro discurso e da morte de Cícero respectivamente, são numerosas as peças oratórias compostas por ele e cinquenta e seis chegaram até nós. De um modo geral podemos dividi-las em duas categorias: discursos judiciários, sub-divididos em civis e criminais, e discursos políticos. (CARDOSO, 2003, p.153)

De acordo com Kennedy (1968, p.427-428), o procedimento usual nos julgamentos era o acusado ser representado por um ou mais indivíduos. Três funções principais podem ser reconhecidas durante o processo de defesa: primeira, aquela em que o *cognitor* ou *procurator* ocupa o lugar do litigante e assume toda a responsabilidade na condução do caso. Segunda, aquela em que o *advocatus* ou conselheiro legal aconselha o cliente no curso do processo, mas ordinariamente não fala no tribunal. Terceira, a função do *patronus*, responsável por apresentar o caso diante o tribunal. O mais importante tipo de advogado retórico romano era o *patronus*. No final da República encontramos quatro ou mais *patroni* para um único cliente (KENNEDY, 1968, p.427-428).

Ao analisar as características da oratória de Cícero não podemos compará-lo com seus contemporâneos e predecessores. Os discursos de Hortênsio e de outros famosos oradores da época de Cícero estão perdidos, assim como aqueles de Crasso e Antônio, figuras muito

admiradas em sua juventude. Todavia, apesar de sabermos pouco dos outros oradores da República romana, é possível ter uma boa idéia de suas características especiais ao estudar os discursos de Cícero (CLARKE, 1945, p.72).

Contudo, não se pode depreender dos discursos de Cícero um conceito de justiça e de bem em que pesem os conhecimentos filosóficos do orador, pois esses mesmos discursos exemplificam, na prática, os princípios retóricos fixados nos tratados por ele escritos. (CARDOSO, 2003, p.155). Uma passagem do *Brutus* aponta os conhecimentos fundamentais utilizados na oratória ciceroniana, onde o autor diz que, antes do tempo de Hortênsio:

[...] não havia orador que aparentasse ter estudado literatura mais profundamente que ele – literatura que é a fonte da perfeita eloquência; nenhum que tivesse abraçado a filosofia – a mãe de todas as boas ações e boas palavras; nenhum que tivesse aprendido a lei civil – a mais necessária para disputas privadas e essencial ao bom julgamento do orador; nenhum que tivesse a seu comando as tradições de Roma, a partir da qual, se a ocasião demandasse, ele poderia convocar as mais confiáveis testemunhas a partir dos mortos (CIC. *Brut.*, 3, 22).

Cícero distingue ainda, cinco fases na oratória: em primeiro lugar a fase da invenção onde o orador deveria reunir todos os elementos possíveis relacionados com a causa, para poder narrar os fatos, explorá-los em benefício dos clientes e refutar os argumentos contrários. Em seguida vem a fase denominada disposição, onde o orador deveria organizar claramente as idéias. Na fase da memorização, todos os fatos deveriam estar perfeitamente conhecidos e decorados. Na fase da elocução, o orador deveria ajustar as frases formuladas ao que seria pronunciado e finalmente, na fase da ação, o orador deveria estar atento ao manejo da voz quanto a entonação e timbre, o uso do gesto e da postura corporal (CARDOSO, 2003, p.156). É de Cícero a memorável sentença de que o poder de um discurso depende de três coisas: em primeiro lugar a pronúncia, em segundo a pronúncia e em terceiro a pronúncia (LÖFSTEDT, 1958, p.72).

Clarke (1945, p.79) assinala que o poder de digressão é um dos aspectos mais característico da oratória de Cícero, potencializado pelo seu conhecido dom de apelo emocional. Segundo o autor, Cícero era notório também pelo seu humor sarcástico, pois após sua morte uma coleção de frases humorísticas foi publicada em três livros.

No *De Oratore*, Cícero descreve como os discursos devem ser construídos. No exórdio, para ganhar benevolência, o orador deve falar de seus méritos, de sua dignidade ou de algum gênero de virtude das pessoas, do dever, da justiça, da fé. Para ser escutado com atenção, anuncia desde o princípio o gênero e a natureza da causa, a divide e a define (CIC. *Orat.*, 31 *apud* CORIA, 1995, p.44).

A narração deve ser clara, breve, provável e suave. A clareza e a objetividade constituem-se a partir da ordem das palavras. Para construir o provável, narram-se os fatos que estão de acordo com as pessoas, o tempo e o lugar. Devem ser apresentadas a causa de cada fato e evento com provas atestadas pela autoridade dos homens, pela lei, costumes e religião (CIC. *Orat.*, 32 *apud* CORIA, 1995, p.44).

A Confirmação contém os argumentos necessários para produzir a credibilidade, de tal forma que os ouvintes acreditem firmemente na palavra do orador. Essa fé é alcançada por meio da fórmula *coniectura-definitio-ratio*. A conjectura baseia-se nos verossímeis, os quais são retirados das pessoas, dos lugares, dos fatos e dos eventos. Em relação às pessoas são considerados vários aspectos: a saúde do corpo, as forças, a constituição física, a idade, o sexo, as virtudes da alma, os vícios, as artes, as inércias, os desejos, o medo, o prazer, a moléstia. Os fatos e eventos podem ser originários de imprudência, acidente, esquecimento, erro, medo ou algum desejo. Na definição busca-se evidenciar como o evento foi preparado, se foi comunicado a alguém, se o mesmo foi visto, ouvido ou indicado por alguém. Na razão tenta-se estabelecer se o fato decorreu motivado por direito, necessidade, ignorância ou acidente (CIC. *Orat.*, 33-40 *apud* CORIA, 1995, p.45-47). Finalmente, a peroração tem por

objetivo amplificar e enumerar os fatos. Em discursos judiciais, é nesse momento que se apela para a ira ou a misericórdia dos juízes (CIC. *Orat.*, 55-58 *apud* CORIA, 1995, p.45-47).

1.3 Estrutura do *Pro Milone*

Díon (*Hist.*, 46, 7, 3) informa que no dia do julgamento Cícero deixou-se intimidar e não falou com a eloquência habitual, tendo pronunciado um discurso breve e frio. Esse é ponto central sobre as diferenças entre o *Pro Milone* redigido e o pronunciado. O texto que foi conservado até nós é sem dúvida mais bem elaborado do que o pronunciado no fórum, no entanto, acredita-se que a base da defesa de Cícero deve ter sido a mesma, não diferindo muito em estrutura e argumentos (SETTLE 1963; BAÑOS 1994; LAURAND 1936).

A versão redigida do *Pro Milone* foi muito elogiada na Antigüidade pela sua estrutura, a exemplo de Quintiliano (*Inst.*, 4.2.25) que a declara *pulcherrima* e Ascônio (36) classificando-o como o melhor discurso de Cícero. Com todas as reservas e limitações que somos compelidos a fazer, temos de reconhecer que os discursos de Cícero, da maneira como chegaram até nós, estão entre os mais brilhantes, estruturalmente perfeitos e emocionalmente efetivos (LÖFSTEDT, 1958, p.73).

Nesse sentido, apresentamos a seguir a estrutura resumida do *Pro Milone*, com o intuito de auxiliar a análise do primeiro capítulo:

I – Exórdio: (§1-6)

Cícero quer se tranquilizar acreditando que as condições do processo são favoráveis a Milão. Ele se propõe a mostrar que Clódio é o agressor e que Milão se utilizou do seu direito de legítima defesa.

II - Refutação Preliminar: (§7-23)

(§7-11) O orador cita exemplos retirados da própria História romana que demonstrariam que um assassinato não leva necessariamente a uma condenação.

(§12-14) O *senatus consultum ultimum* não se aplica a Milão, nem às leis de Pompeu.

(§15-23) Não se pode deplorar a morte de Clódio. O tribunal será então imparcial para determinar quem verdadeiramente premeditou o crime.

III – Narração: (§24-31)

(§24-26) As ameaças proferidas por Clódio contra Milão.

(§27-30) A reconstituição dos eventos passados na Via Ápia. Argumentos de que Milão agiu em legítima defesa.

IV – Confirmação: (§32-92)

A – Confirmatio de causa (§32-71)

Apresenta os fatos diretos que confirmam a inocência de Milão e todas as circunstâncias que apontam Clódio como o agressor no evento.

1. (§32-44) Os motivos: Milão não odiava nem tinha motivos para odiar Clódio, mas o inverso, este tinha motivos de sobra para desejar o assassinato de Milão e numerosos exemplos são mostrados.

2. (§44-56) As circunstâncias: o momento, o local, os meios utilizados, os quais provam a premeditação de Clódio.

3. (§57-63) A conduta de Milão após a morte de Clódio comprova sua inocência.

4. (§64-71) Os rumores referentes a Milão são infundados e Pompeu não adotou as medidas de segurança contra ele, mas visando garantir a liberdade do tribunal.

B – *Compensatio extra causam* (§72-91)

Nessa segunda seção a morte de Clódio não seria um crime, mas um ato patriótico a serviço do Estado.

1. (§72-78) Elenco dos crimes de Clódio. Milão libertou Roma de um flagelo.
2. (§79-82) Milão merece o reconhecimento da pátria e deseja apenas não ser punido.
3. (§83-91) Milão é o braço armado da Providência e foram os deuses que o fizeram vencer.

Novo relato dos crimes de Clódio.

V – Peroração: (§92-105)

Cícero implora a compaixão dos juízes em favor de Milão. Ele imagina como seu cliente sentiria a ingratidão dos romanos se for condenado. Ele próprio será tocado por tal condenação, mas está confiante diante da equidade dos juízes e de que Pompeu aprovará a absolvição.

2 A FACE POLÍTICA DO DISCURSO JUDICIAL

Cícero estava disposto a defender Milão apesar do grau de dificuldade do processo, pois dessa maneira ele poderia promover seus próprios ideais (USHER 1965, p.175). É importante ressaltar duas técnicas presentes na construção retórica do *Pro Milone* que Cícero utiliza para apoiar sua argumentação. A primeira delas, denominada *occultatio*, tinha por objetivo criar a impressão de que o orador possuía uma grande quantidade de argumentos e evidências. Cícero causa a impressão de que não há necessidade de discorrer ou explicar sobre determinado fato para em seguida suprimi-lo da argumentação, sendo especialmente útil nos momentos em que a causa a ser defendida é fraca (USHER, 1965, p.192).

A segunda técnica denominada “apropriação e inversão” é utilizada para rebater os argumentos da acusação. Consiste na apropriação do argumento da acusação para em seguida invertê-lo a favor da defesa (RIGGSBY, 1995, p.248-249). Presentes em grande parte do discurso, estas e outras técnicas aparecem em vários dos contextos analisados neste capítulo.

A seguir, apresentaremos a retrospectiva de Ascônio a respeito dos eventos e a construção retórica do discurso. Interessa-nos demonstrar como Cícero, utilizando-se da retórica e da prática oratória no *Pro Milone*, constrói a argumentação de que Milão deveria ser absolvido e Clódio considerado culpado. Nessa análise retórica evidencia-se como Cícero elabora a imagem negativa de Clódio, justificando a violência de Milão com o intuito de preservar o Estado.

2.1 Retrospectiva de Ascônio sobre os eventos do *Pro Milone*

Virtualmente, tudo o que sabemos ou podemos inferir de janeiro a maio de 52 está baseado nos comentários de Ascônio⁴ sobre o *Pro Milone*. Graças a ele podemos seguir os eventos quase que diariamente; no entanto Ascônio não estava escrevendo um relato histórico, mas tentando iluminar o teor político do discurso de Cícero (RUEBEL, 1974, p.231).

De acordo com o comentário de Ascônio, na noite de 18 de janeiro de 52, o senador romano Sexto Tédio que casualmente regressava do campo para a Cidade, encontrou e recolheu o cadáver ensangüentado de Clódio na Via Ápia, ordenando que este fosse transportado a Roma em sua liteira.

O corpo de Clódio chegou antes da primeira hora da noite e uma imensa multidão de pessoas de condição humilde e de escravos (*infimaeque plebis et seruatorum*), em meio a grandes manifestações de dor, rodeou o cadáver que havia sido colocado no átrio de sua casa. No amanhecer do dia seguinte, acudiu ao lugar uma multidão maior ainda, que de lá transportou o corpo ao forum. Este foi colocado ainda desnudo sobre a tribuna dos oradores para que todos pudessem contemplar suas feridas. Ali, diante da aglomeração que se formara, oradores inflamaram o ódio dos presentes contra Milão e estes, guiados por Sexto Clódio, introduziram o cadáver na Cúria e o queimaram. Como consequência, além da Cúria, outros edifícios adjacentes foram igualmente incendiados. Em seguida, um grupo de partidários de

⁴ Q. Ascônio Pediano escreveu durante os governos dos imperadores Cláudio e Nero. Existem fragmentos históricos de seus comentários sobre cinco discursos de Cícero, *In Pisonem*, *Pro Scauro*, *Pro Milone*, *Pro Cornelio*, *De maiestate* e *In toga candida*, compostos em Roma entre 54-57 d.C. Apesar desses comentários terem sido escritos para a educação de seus filhos, eles são de grande utilidade pois sabe-se que Ascônio teve acesso as *Actas* do Senado assim como outros relatos históricos perdidos para nós.

Clódio atacou a casa do inter-rei⁵ Marcos Lépido e a do ausente Milão, sendo repelidos nesta última com flechas (ASC. 7-10).

O incêndio da Cúria teria provocado em Roma uma indignação ainda maior que a morte de Clódio. Aproveitando-se da impopularidade de seus adversários, Milão regressa a Roma na noite do mesmo dia e persiste em sua candidatura ao consulado. Todavia, as freqüentes desordens provocadas pelos embates entre os grupos armados de Milão e Clódio, aliado ao desinteresse dos próprios candidatos, haviam paralisado os comícios, sucedendo-se os inter-reis um após o outro.

Diante de tal situação, o Senado aprovou uma medida (*senatus consultum ultimum*) em que o inter-rei, os tribunos da plebe e Pompeu⁶ velassem para que a República não sofresse danos (*detrimenti*). Pompeu realizou um recrutamento de tropas por toda a Itália, sendo posteriormente nomeado cônsul único (*consul sine collega*) pelo Senado. A partir disso, ele promulgou duas leis para que fossem julgados imediatamente tanto os culpados da morte de Clódio como os responsáveis pelo incêndio da Cúria e o ataque à casa do inter-rei, mediante um procedimento judicial breve e com agravamento de penas⁷.

Dessa forma, em 4 de abril, Milão foi obrigado a comparecer diante de um tribunal especial. O ambiente que cercou o julgamento foi de grande tensão, pois dias antes alguns tribunos da plebe haviam novamente inflamado os ânimos da multidão contra Milão e também contra Cícero, por ter aceitado defendê-lo. Os partidários de Clódio rodearam o forum para intimidar as testemunhas e os juízes, enquanto as tropas de Pompeu tentavam garantir o desenrolar normal do julgamento (ASC. 23).

⁵ O Senado designava um senador destinado a substituir os cônsules e nomeado *inter-rei*. Ao cabo de cinco dias, esse inter-rei nomeava para si próprio um sucessor e assim em seguida, até que um deles pudesse realizar os comícios.

⁶ Este encontrava-se em Roma na qualidade de procônsul.

⁷ A lei prescrevia que, antes do processo, seriam ouvidos os testemunhos por três dias, e no quarto dia, diante da presença de todos, inclusive do acusador e acusado, realizar-se-ia o sorteio de 81 juízes, sendo que aqueles sorteados teriam de tomar assento imediato no tribunal. No quinto e último dia a acusação teria duas horas e a defesa três para seus discursos. A decisão final seria dada no mesmo dia (ASC. 26).

Concluídos os discursos de uma e outra parte, a acusação e a defesa recusaram, cada uma, cinco senadores e outros tantos cavaleiros e tribunos do tesouro, de modo que foram cinquenta e um os juízes que votaram. Desse total, doze senadores, treze cavaleiros e treze tribunos do tesouro votaram pela condenação de Milão. Consideraram-no inocente seis senadores, quatro cavaleiros e três tribunos da plebe. Milão exilou-se de imediato para não ter de enfrentar outros processos que haviam iniciado contra ele. Não muito tempo após este processo, Milão foi novamente julgado, em sua ausência, por corrupção eleitoral (*ambitus*), associações ilegais (*de sodaliciis*) e uma segunda incriminação de violência (*de ui*), sendo condenado em todas (ASC. 32).

A seguir, analisaremos como Cícero, utilizando-se da retórica e da prática oratória no *Pro Milone*, constrói sua argumentação em defesa de Milão. Nessa análise retórica evidencia-se como Cícero elabora a imagem negativa de Clódio, justificando a violência de Milão com o intuito de preservar o Estado.

2.2 Análise da construção retórica dos argumentos do *Pro Milone*

2.2.1 Relacionamento de Milão e Clódio com Pompeu

Inicialmente, Cícero destaca o ambiente anormal no qual o julgamento está se desenrolando, já que o tribunal não se vê rodeado, como de costume, por um auditório em círculo e nem está apertado pela habitual afluência de pessoas que desejam assistir, mas está cercado de tropas, necessárias para evitar a violência, representando não mais que uma

proteção. Esses soldados representam, em sua opinião, uma garantia para poder expressar-se com liberdade apesar das intimidações dos partidários de Clódio (§2).

Ao contrário do que sustenta a acusação, Cícero afirma que Pompeu, ao estabelecer esse tribunal especial, estaria na verdade sendo favorável a Milão (§12). Antes de abordar o relacionamento entre Milão e Pompeu, o orador traz a lembrança o fato de que, anos antes, Clódio havia posicionado um escravo no templo de Castor para assassinar Pompeu. O escravo, depois de surpreendido e desarmado, teria confessado a intenção do crime. Cícero recorda que, após essa tentativa de assassinato, Pompeu se absteve do fórum, do Senado e do público, tendo de se proteger atrás de suas portas e paredes (§18).

Ao fazer essa digressão, Cícero defende que ao contrário do que dizem os boatos, na realidade Clódio era “inimigo pessoal de Pompeu, enquanto Milão era um amigo íntimo” (§21). Portanto, para esse julgamento, o general teria convocado os indivíduos mais brilhantes entre as mais distinguidas ordens, garantindo a imparcialidade do tribunal (§23).

Mais a frente no discurso, o orador estreita os laços de amizade entre Milão e Pompeu. Afirma que Milão nunca teria evitado enfrentar perigos em defesa da dignidade do grande general e que “em numerosas ocasiões havia combatido contra aquela peste tão abominável para defender sua glória” (§68). Reforça que o tribunado de Milão teria sido guiado pelos conselhos de Pompeu para conseguir o retorno de Cícero e mais, além de Pompeu ter ajudado Milão em sua candidatura à pretura, este o havia protegido diante dos perigos que correra, pois esperava tê-lo sempre entre os melhores amigos. Dirigindo-se a Pompeu, Cícero alega que os boatos de que Milão pretendia assassiná-lo não passariam de calúnias, pois “nunca houve um homem tão querido como tu foste para ele” (§68).

2.2.2 Clódio *insidiator*

Apropriando-se da premissa apresentada pela acusação de que houve uma emboscada, Cícero, ao narrar os eventos e os motivos do assassinato, inverte a posição de Clódio apontando-o como o *insidiator*. Para tanto, ao final do exórdio o orador afirma que sua eloquência se concentrará em demonstrar que foi Clódio quem preparou a emboscada (§6).

a) Premeditação e descrição da emboscada

Cícero afirma que, após Clódio ter decidido se candidatar, ou melhor, “atormentar a República com toda sorte de crimes com sua futura pretura” (§24), ele teria se dado conta de que sua pretura estaria paralisada e debilitada tendo um cônsul como Milão. A partir disso, Clódio “andava dizendo publicamente que não poderia arrebatrar o consulado de Milão, mas a sua vida sim” (§24). O orador reforça que Clódio teria declarado isto no Senado e numa reunião popular. E mais grave ainda, teria dito a Marco Favônio que Milão “iria morrer antes de três ou, no máximo, quatro dias”, palavras estas que Favônio teria referido de imediato a Catão (§26).

Tendo Clódio tomado esta resolução, Cícero aponta que não teria sido difícil para ele inteirar-se que Milão tinha de fazer uma viagem oficial a Lanúvio para proclamar o flâmine da cidade, onde era ditador, e, dessa maneira, Clódio teria partido de improviso no dia anterior, para preparar uma emboscada a Milão. O orador afirma ainda, que Clódio saiu tão apressadamente de Roma que abandonou uma turbulenta reunião popular e não teria feito isso caso não tivesse a intenção de aproveitar o lugar e a ocasião para perpetrar o crime (§27).

Por outro lado, Cícero diz que Milão, após ter permanecido no Senado naquele dia, até o momento em que se encerrou a sessão, foi até sua casa, trocou de roupa e esperou ainda um tempo, enquanto sua mulher realizava os preparativos para a viagem, como sucede normalmente com as mulheres. Depois, se pôs a caminho numa tal hora que Clódio, se fosse sua intenção, já poderia ter regressado a Roma (§28).

Quando ocorreu o encontro entre os dois, Cícero afirma que Milão foi imediatamente atacado por vários homens armados, posicionados num local mais elevado. Nesse momento, diz que Milão teria se despojado de sua capa de viagem para descer do carro e defender-se energicamente. Os homens de Clódio, acreditando já terem matado Milão, atacaram em seguida seus escravos que estavam situados na parte posterior da comitiva (§29). Esse fato é crucial para a narrativa de Cícero: os escravos de Milão, tendo ouvido da própria boca de Clódio que seu senhor estava morto, mostraram toda sua lealdade, lutando bravamente, e o fizeram sem as ordens ou a presença do seu senhor, como qualquer homem poderia desejar de seus próprios escravos numa circunstância como esta (§29). O orador concluiu afirmando:

Minha narrativa, juízes, está em exata correspondência com os fatos: foi o agressor que resultou derrotado; a violência foi vencida com violência, ou melhor, a audácia foi reprimida com a virtude. [...] Não podem considerar esta ação como um delito sem que julgueis ao mesmo tempo que todos que se encontrem com ladrões têm de perecer pelas armas destes, bem por culpa de vossas sentenças (§30).

A narração dos eventos (§24-31) é uma das partes fundamentais do discurso, já que a exposição dos fatos é de suma importância para se comprovar a inocência de Milão. De uma forma geral, Clódio é retratado como o partido agressivo, mas sem sorte. Milão como um modelo de coragem contida (DYCK, 1998, p.224). A batalha é descrita de maneira a fazer parecer que Milão foi vítima de um ataque planejado, em local desfavorável, e que suas chances de sobreviver eram improváveis (DYCK, 1998, p.226). Milão aparece como o alvo principal do ataque, que só é direcionado aos seus seguidores depois de suporem que ele

estava morto. Em adição, a morte de Clódio é descrita como resultado da iniciativa valorosa dos escravos de Milão, fruto da falta de comunicação entre eles e seu senhor e da suposição de que este estivesse morto.

Outro ponto importante para Cícero comprovar a responsabilidade de Clódio deriva da comparação da comitiva das duas partes, mostrando que a premeditação não poderia estar do lado de Milão. Cícero compara as comitivas por duas vezes, em (§28) e (§55). Na primeira o orador afirma que Clódio teria saído ao encontro de Milão:

[...] expedito, a cavalo, sem carruagem, sem impedimento algum, sem a companhia habitual de escravos gregos e sem sua mulher, coisa rara, posto que havia preparado a viagem para cometer um assassinato. Milão, [...] viajava em carruagem, com sua mulher, coberto com uma capa de viajante e com grande acompanhamento composto de serventes e jovens escravas (§28).

Cícero não deixa de mencionar que Milão estava vestindo uma capa de viajante *paenula*, pela qual ele estaria impossibilitado de lutar adequadamente (*paenula inretitus* §28), constituindo a própria vestimenta um indício contra qualquer intenção criminal da parte de Milão. Ele não estaria vestido para matar (DYCK, 2001, p.128).

Em (§55), Cícero acrescenta que Clódio sempre deslocava-se em carruagem, e, naquela ocasião, estava a cavalo. Onde quer que fosse, continua o orador, acompanhavam-lhe um séqüito grego e naquele dia nada de homens frívolos em sua companhia. Clódio, que sempre levava consigo cortesãs, libertinos e prostitutas, nada levou a não ser homens escolhidos pessoalmente, continua o orador. Por outro lado, Cícero destaca que Milão levava casualmente jovens músicos, escravos de sua mulher e todo um tropel de criadas, coisa que nunca havia feito. O orador retoma o mesmo argumento de (§30) ao dizer:

Por que então resultou vencido? Porque nem sempre o viajante morre nas mãos do bandido; porque Clódio, ainda que preparado para atacar gente

desprevenida, sem embargo, havia atacado a uns homens como se fosse mulher” (§55).

Finalmente, para consolidar a idéia de Clódio *insidiator* Cícero apela para a premeditação. Para o orador, o testemunho de Favônio sobre Clódio ter dito que Milão morreria em três ou quatro dias (§26) aponta para um plano definido, e Cícero representa o encontro em Bovilas ocorrendo três dias após. Utilizando-se da *occultatio*, Cícero diz: “Mas para que argumentar mais? (...) se ouvistes que Clódio pretendia matar Milão em três dias e três dias depois a ação ocorreu como se disse” (§44).

b) A descrição dos motivos do crime como reforço ao tema da *insidia*

Uma vez apresentados os fatos, o orador aponta os motivos que Clódio teria para preparar a emboscada, introduzindo a pergunta “quem foi beneficiado?” (*Cui bono fuerit?* §32). Nesse caso, o ponto chave da argumentação é demonstrar que Milão não tinha interesse na morte de Clódio. Por outro lado, Cícero conjectura que, com a morte de Milão, Clódio conseguiria ser pretor sem a presença de um cônsul enérgico, e por isso, sairia vitorioso em todos os seus projetos. Segundo as previsões do orador, os outros cônsules não teriam desejo ou não seriam capazes de deter seus projetos e dificilmente poderiam dominar uma audácia como a sua, que já se havia fortalecido com o tempo (§33).

Cícero inverte a afirmação da acusação de que “Clódio era um obstáculo para Milão em suas aspirações ao consulado”. O orador mostra-se convicto de que Milão seria eleito mesmo com a oposição de Clódio e mais ainda, seria eleito sobretudo graças a ele. Na perspectiva de Cícero, Clódio seria muito mais importante para o êxito da campanha eleitoral de Milão do que o seu próprio apoio. Continuando seu raciocínio, o orador diz que para

angariar votos valia muito mais, em favor de Milão, o temor que todos sentiam ante os perigos que Clódio representava (§34).

Para Cícero, todo esse temor teria desaparecido com a morte de Clódio e agora Milão deveria apoiar-se nos meios habituais para manter sua consideração social e sua campanha eleitoral, já que aquela glória que aumentava dia a dia ao refrear as “violentas loucuras de Clódio”, não irá mais existir. Portanto, “a morte de Clódio não traz nenhum benefício à Milão, mas inclusive o prejudica” (§34).

Cícero apropria e inverte o argumento da acusação mostrando aos juízes que Milão não odiava e nem tinha motivos para odiar Clódio, muito pelo contrário, este tinha motivos de sobra para desejar a eliminação de Milão da cena política. Clódio teria diversos motivos para odiar Milão, continua o orador: em primeiro lugar, Milão foi o defensor de seu regresso; segundo, Milão “foi o algoz de seu desenfreno e vencedor de suas armas” nos conflitos de rua entre os dois grupos armados; terceiro, Milão havia acusado e tentado levar Clódio por duas vezes ao tribunal, em virtude da lei Plúcia, que condenava a violência armada (§35).

Após discorrer caracterizando e comparando Clódio e Milão, mais a frente no discurso, Cícero faz uma recapitulação dos motivos e interesses de cada um: para Milão seria inclusive útil que Clódio permanecesse vivo, e, para este, a morte de Milão seria o mais desejável para alcançar suas ambições; o ódio de Clódio contra Milão seria muito intenso e nenhum ressentimento, em troca, adviria da parte de Milão; era um costume permanente de Clódio recorrer à violência e Milão unicamente a repelir; Clódio manifestou de forma pública a morte de Milão e nunca se teria ouvido nada de semelhante da boca do último; Clódio conhecia a partida de Milão a quem, em troca, era desconhecido o regresso de Clódio; a viagem de Milão se devia a uma obrigação e a de Clódio, na melhor das hipóteses, inoportuna (§52).

Com relação aos motivos, a idéia principal que Cícero defende é a de que Milão conteria a pretura de Clódio da mesma forma que conteve sua violência nas ruas. Essa idéia é apresentada em vários momentos do discurso, forjando uma necessidade para Clódio eliminar Milão. Pouco antes da Peroração, Cícero retoma uma vez mais o argumento de que “somente Milão era um obstáculo aos seus projetos [...] somente Milão o impedia” (§88).

2.2.3 Caracterização de Milão e sua conduta na defesa do Estado

O orador argumenta que o caso de seu cliente satisfaz os estritos requisitos legais para um julgamento em seu favor e, mesmo que Milão falhasse em satisfazer esses requisitos, o julgamento ainda assim deveria ser a seu favor (CRAIG, 1985, p.136).

Na Peroração, Cícero afirma que a causa de Milão é também a sua, e por isso estaria disposto a defendê-lo até o final, “com lágrimas nos olhos” (§92). O orador apela ainda aos juízes em seu próprio nome, pois ele sentia que seria igualmente tocado por tal condenação. Durante o discurso, Cícero constrói a figura de Milão apoiando-se na seguinte premissa: a de que Milão seria um bravo defensor do Estado e, conseqüentemente, receberia a aprovação dos bons cidadãos em seus atos. Logo, seu cliente não deveria ser condenado, mas sim recompensado.

Na primeira linha do discurso, Cícero sente-se compelido a explicar a firmeza de ânimo de seu cliente e caracteriza-o como um *fortissimo uir* preocupado mais com a *salus* do Estado que com sua própria (§1). Denota-se a ligação entre a interpretação positiva de Milão como dotado de *fortitudo* e uma atribuição para os motivos de suas ações: a defesa do Estado (DYCK, 1998, p.227).

Ao mesmo tempo, o orador afirma que Milão coloca-se de boa vontade na posição de réu, pois é assistido pelos cidadãos que esperavam um bom desfecho desse processo e vêm com bons olhos a sua valentia, pensando que “nesse dia se está combatendo por suas próprias pessoas, por seus filhos, por sua pátria e por seus bens” (§3). Cícero pede aos juízes que julguem com liberdade um homem como Milão, tão benemérito à República, pois este sempre havia se manifestado a favor das pessoas de bem e contra os desonestos (*pro bonis, contra improbos*) (§3). O orador remete ainda para o que ele considera como a conhecida trajetória política de Milão e tudo o que ele fez pela salvação da República (§6).

Mais a frente no discurso, Cícero enfatiza que, ainda que a morte de Clódio “fosse obra de Milão, toda a Cidade teria reivindicado para si tal honra” (§38). O orador alega que se alguém tivesse dado morte a Clódio naquela ocasião, não se haveria pensado em assegurar-lhe a impunidade, mas em outorgar-lhe uma recompensa (§39).

Na segunda parte da Confirmação, Cícero argumenta que mesmo se Milão houvesse premeditado o assassinato, deveria ser absolvido por haver prestado à República um serviço ao livrá-la de Clódio. A defesa da *salus* do Estado por Milão seria a justificativa derradeira da sua absolvição. Sendo assim, continua o orador, Milão poderia impunemente exclamar ante todo mundo e inventar com orgulho o seguinte: “Eu o matei sim”, não a um cidadão valoroso, mas a “um homem cujo abominável adultério em um leito sacrossanto surpreendeu umas mulheres da mais alta nobreza” (§72).

Cícero afirma ainda que todos na Cidade acreditam que Milão prestou um dos melhores serviços para a República e provocou uma alegria imensa no povo romano, na Itália inteira e em todas as nações (§77). Para enfatizar a questão da recompensa, o orador faz uma digressão a respeito dos costumes dos gregos que “tributam honras próprias de deuses aos homens que deram morte a tiranos” e alude aos cantos, poemas e cerimônias divinas instituídas nas várias cidades em honra de tais homens (§80). A absolvição portanto seria o

mínimo que a Cidade poderia oferecer a Milão, pois “é próprio de um povo agradecido premiar aos cidadãos que prestaram excelentes serviços ao Estado” (§82).

Por fim, na Peroração, Cícero além de implorar a compaixão dos juizes para Milão, enfatiza que embora seu cliente fosse ficar ressentido com a ingratidão da Cidade, ele se despediria calma e resignadamente com um afetivo adeus (§93). O orador evidencia que Milão não se preocupa em ser recompensado por agir corretamente, mas na postura reta em si (§96), confiante na eterna glória que advirá da posteridade (§97). Finaliza seu discurso dizendo “feliz da cidade que receber Milão” (§105).

Para reforçar a argumentação de que Milão tinha agido em legítima defesa, Cícero compara o acusado com a vítima: enquanto Clódio havia sempre recorrido à violência, Milão nem sequer aproveitou as muitas ocasiões e motivos que seu rival lhe proporcionou para livrar-se dele. Nesse aspecto, a violência de Milão também é caracterizada como uma defesa da *salus* do Estado, pois segundo o orador “toda a violência de Milão se reduziu a evitar que Clódio, já que não podia ser levado a um tribunal, mantivesse oprimida a Cidade com sua violência” (§38).

Cícero apresenta as seguintes ocasiões nas quais Milão poderia ter matado Clódio impunemente: quando Milão defendia sua própria casa dos ataques de Clódio; na ocasião em que foi ferido o tribuno Séstio; quando o tribuno Quinto Fabrício propôs uma lei a favor do seu regresso e “*produziu-se uma terrível matança no forum*”; na ocasião em que Clódio atacou a casa do pretor Lúcio Cecílio; ou em algum dos inúmeros embates de rua entre os partidários de Milão e Clódio (§38). Após uma pequena digressão, o orador apresenta outras ocasiões em que Milão conteve sua violência contra Clódio: quando Pompeu foi insultado pelos partidários de Clódio enquanto defendia Milão no processo de comportamento violento (*de ui*); durante os comícios no Campo de Marte, quando Clódio e seus sequazes irromperam

violentamente no recinto de votação (§40). Cícero enfatiza que em todas as circunstâncias acima, Milão havia se contido e nunca teria provocado Clódio de forma violenta (§40).

Um outro serviço de Milão ao Estado deriva igualmente da comparação entre o acusado e a vítima. Cícero afirma que a plebe e a multidão de baixa condição social, sob a liderança de Clódio, ameaçavam os bens dos cidadãos. O orador diz que Milão fez o melhor possível para controlá-los, não apenas com sua virtude, mas também as expensas de seu patrimônio, e nesse sentido, qualifica os espetáculos de gladiadores e as distribuições de dinheiro feitas por Milão como um serviço a República (§95).

O último aspecto da caracterização de Milão que queremos evidenciar é a maneira como Cícero constrói sua relação com os escravos que participaram do confronto em Bovilas. Para o orador, carece de valor a insinuação da acusação de que Milão tinha libertado seus escravos para impedi-los de declarar a verdade. A valentia com que estes lutaram por seu senhor, mesmo acreditando-o morto, seria motivo mais que suficiente para conceder-lhes a liberdade, continua o orador. Cícero recorda que o próprio Catão teria dito que o escravo que houvesse defendido a vida de seu senhor era mais que merecedor, não apenas da liberdade, mas também de recompensas. Aqui Cícero estabelece a ligação entre a recompensa dos escravos pela defesa da *salus* do seu senhor, e não haveria nada que mais tranquilizasse Milão do que o fato de ter-lhes pago a recompensa que mereceram dando-lhes a independência (§58).

Por que então Milão concedeu-lhes a liberdade? Para livrá-los de inúteis torturas. Tormentos que seriam, aliás, inúteis, já que o fato é claro - Clódio foi morto, mas se foi ou não injustamente, não cabe ao torturador decidir e, sim, ao tribunal (§57).

Para encerrar a questão do testemunho dos escravos, Cícero afirma que o interrogatório dos escravos de Clódio presentes no confronto nada provaria, pois não se pode descobrir a verdade quando se interroga um escravo do acusador contra o acusado (§59).

Finalmente, Cícero considera que o regresso de Milão a Roma, após a morte de Clódio, seria uma boa prova de que este tinha a consciência limpa e tranqüila, sem sentir-se manchado por qualquer crime, nem atormentado por temor e sem arrependimento algum, vide a rapidez com que regressou a Roma e se apresentou no fórum (§68). Além de caracterizar Milão como um bravo defensor da *res publica* na qual os soldados presentes poderiam reconhecer-se (§101), Cícero, ao enfatizar esse aspecto moral da conduta de Milão, justifica o seu não arrependimento e sua grandeza de ânimo (*magnitudo animi* §1).

Contudo, o mais importante para o orador é demonstrar no discurso que apenas Milão poderia impedir Clódio, justificando-se o assassinato legítimo ou não, pois protegia o Estado ao remover deste uma peste (§78), um inimigo comum (§88):

Sendo a opinião unânime do povo romano que Milão seria o único capaz de fazê-lo [...] quem poderia duvidar de que, ao votar nele, libertaria a si mesmo do temor e a República do perigo? (§34)

2.2.4 Caracterização de Clódio e a legitimação de sua morte em benefício da *salus* do Estado

Cícero, para justificar a morte de Clódio, direciona sua argumentação para dois pontos principais. Primeiro, caracteriza Clódio a partir da apresentação do espectro futuro de seus crimes. Segundo, aponta a idéia de que sua morte seria consequência da ira divina, diretamente relacionada com sua vida passada.

a) Caracterização da conduta passada e futura de Clódio

Para justificar sua argumentação de que Clódio era uma peste, um flagelo da *res publica*, Cícero enfatiza por duas vezes (§73 e §87) qual seria a ficha criminal de Clódio. O orador caracteriza Clódio como:

aquele que cometeu ímpio adultério com sua irmã carnal; [...] aquele que, servindo-se de uns escravos armados, desterrou um cidadão a quem o Senado, o povo romano e todas as nações haviam considerado salvador da cidade e de toda a vida de seus concidadãos; aquele que concedeu e dividiu reinos e repartiu o mundo com quem quis; aquele que, depois de cometer inúmeros assassinatos no fórum, com a violência das armas obrigou a encerrar-se em sua casa um cidadão de virtudes e prestígio extraordinários; aquele que para quem nunca teve nada sagrado nem em seus crimes nem em seus desenfreios; aquele que incendiou o templo das Ninfas para destruir a relação oficial do censo impressa nos registros públicos; aquele que enfim, para quem já não existiam leis, nem direito civil, nem limite das propriedades (CIC. *Mil.*, 73).

Durante o discurso, o orador estabelece um elo, uma ligação entre Clódio e Catilina. Cícero afirma que o punhal que Catilina levantou contra o Estado era agora utilizado por Clódio (§37). Mais a frente no discurso o orador retoma a comparação com Catilina, fazendo Clódio herdeiro daquele (§63). Na Peroração, Cícero revive sua ação contra Catilina e todas suas monstruosas empresas contra o Estado e estabelece um vínculo de amizade entre Clódio e aquele (§103). Nesse sentido, Cícero considera que os seguidores de Clódio seriam os remanescentes dos sequazes de Catilina, agora sob nova liderança.

Ao afirmar que “nesse dia se está combatendo por suas próprias pessoas, por seus filhos, por sua pátria e por seus bens” (§3), o orador não deixa de recordar seu conflito passado com Catilina. Da mesma forma que, durante seu consulado conseguiu reunir o conjunto dos cidadãos contra a ameaça que Catilina representava, o orador afirma que no momento do julgamento: “existe somente um gênero de pessoas que nos é contrária e hostil,

aquela que a loucura de Clódio alimentou com pilhagens, incêndios e todo tipo de calamidades públicas” (§3).

Como foi visto, o orador considera que com a morte de Milão, Clódio conseguiria ser pretor sem a presença de um cônsul enérgico e por isso sairia vitorioso em todos os seus projetos. Segundo as previsões do orador, os outros cônsules não teriam desejo ou não seriam capazes de deter seus projetos e dificilmente poderiam “dominar uma audácia como a de Clódio, que já se havia fortalecido com o tempo” (§33). Cícero, nas duas partes da Confirmação, desenvolve a argumentação de que Clódio “pensava em ser rei com a morte de Milão” (§43) e, que se “houvesse vencido Milão haveria conseguido uma impunidade e liberdade sem limites” (§84). Nesse futuro hipotético, onde *tyrannus* é utilizado duas vezes contra Clódio (§80 e §89), o orador considera que haveria opressão em toda parte, os escravos seriam libertados, Clódio teria todo o poder e a República não mais existiria (§89).

O raciocínio apresentado por Cícero na segunda parte da Confirmação é simples e direto: se Clódio tentou realizar tudo o que queria atacando o Estado e particulares, imaginem se ele tivesse conseguido um poder militar (*imperium*) (§76). O orador conjectura que se Clódio fosse pretor, ele nunca teria sido impedido de impor suas *libidines* nas crianças e esposas de Roma (§76), e a propriedade privada não estaria salva desse inimigo público (*hostis*) (§78). Amplificando a idéia sobre o potencial poder que Clódio conquistaria, Cícero afirma que:

Não apenas Roma, como a Itália e as províncias inclusive, não poderiam colocar freio às suas loucuras; enfim, nada havia que Clódio não houvesse desejado para si e que não acreditava que seria seu, ao final do ano, com a pretura (§87).

O orador reforça a idéia acima alegando que prefere não imaginar o que teria feito Clódio como cônsul, pois acredita que não restariam templos ou muralhas que resistissem até o início de seu consulado (§90). Em seguida Cícero enfatiza:

Conseguiria o povo deter os ataques de um homem vivo, quando a duras penas puderam conter a fúria de seu cadáver? Acredito que o Senado teria tentado impor limites a sua pretura, mas nem sequer o havia conseguido quando ele era apenas um cidadão privado [...] vocês o viram massacrar o povo romano, descer ao fórum armado com espadas, dispersar a golpes de espada uma reunião que escutava em silêncio o tribuno Célio, que falava em defesa do meu retorno (§91).

b) Legitimidade e justificativa legal e divina para a absolvição

Nesta seção evidenciaremos a relação entre a Refutação Preliminar e a segunda parte da Confirmação no discurso, na qual Cícero estabelece que: a) o caso de seu cliente satisfaz os estritos requisitos legais para um julgamento favorável e que, b) mesmo que o caso de seu cliente falhasse em satisfazer esses requisitos, o julgamento ainda assim deveria ser favorável (CRAIG, 1985, p.136). Para demonstrar a primeira parte dessa relação, Cícero desenvolve o seguinte raciocínio: não se pode impor um castigo sem se importar com a maneira pela qual alguém foi morto, pois as próprias leis permitem que se dê morte a alguém. O orador acredita que essa premissa em si é suficiente para que os juízes votem favoravelmente à Milão.

Nesse intuito, ao final do Exórdio, Cícero afirma que sua eloquência se concentrará em demonstrar que Clódio foi o responsável pela emboscada e que Milão agira em legítima defesa (§6). Na Refutação Preliminar, Cícero declara que pretende esclarecer e desenvolver um importante ponto para eliminar qualquer possível confusão dos juízes. A acusação sustentava que não teria direito a ver a luz do dia aquele que admitisse ter dado morte a um homem, numa referência direta à confissão de Milão. Para rebater essa idéia, Cícero recorda

exemplos tirados da própria História romana, onde evidencia através da ação de ilustres cidadãos, que um assassinato não levaria, necessariamente a uma condenação (§7).

O primeiro exemplo utilizado por Cícero é o de Marco Horácio que, apesar de ter sido condenado pelos magistrados por ter assassinado sua irmã, foi posteriormente absolvido por uma assembléia popular, no primeiro exemplo de apelação ao povo. O próximo exemplo é o de Públio, o Africano, que ao ser questionado pelo tribuno da plebe, Caio Carbão, sobre sua opinião sobre a morte de Tibério Graco, respondeu que esse tinha sido morto com toda a justiça. Em seguida, o orador enfatiza que demonstrações de força contra cidadãos criminosos (*sceleratos ciuis*) são comuns e legítimas na história. Os exemplos utilizados são estes: Servílio Aala, Públio Nasica, Lúcio Opímio, Caio Mário, o próprio Cícero durante o consulado e, finalmente, o exemplo grego de Orestes, que assassina a mãe para vingar a morte do pai (§8).

Segundo Baños (1994, p.483, nota 9), Aala deu morte a Espúrio Melio em 439, suspeito de aspirar à realeza. Por sua parte, P. Cornélio Cipião Nasica iniciou em 133 o movimento de oposição a Tibério Graco, que acabaria com a morte deste. Lúcio Opímio, cônsul em 121, investido de plenos poderes, deu morte a Caio Graco e a três mil de seus partidários. Caio Mário, no ano 100, executou o tribuno da plebe Saturnino. Por último, em 63, Cícero fez com que o Senado votasse pela morte dos partidários de Catilina.

Cícero retoma estes exemplos em (§83) para afirmar que, da mesma forma que estes salvaram a *res publica*, Milão igualmente o fez. Acrescenta ainda, que cabe agora à *res publica* demonstrar o mesmo reconhecimento a Milão. O valor desses *exempla* é significativo para a construção de legitimidade em Cícero.

Ao aludir às Doze Tábuas, o orador tenta estabelecer uma ligação entre a tradição histórica e as leis afirmando que elas permitem que se dê morte impunemente a um ladrão⁸

⁸ De acordo com FARIA, *dicionário latino-português*, existem em latim duas palavras para “ladrão”: *fur* – o que rouba as ocultas; *latro* – o que assalta.

(*fur*) se for à noite, e de qualquer maneira se for de dia, contanto que o ladrão esteja armado com alguma intenção negativa. A partir dessa afirmativa, Cícero evidencia que:

Se há numerosas circunstâncias que permitem a um homem matar outro com direito, seria sem dúvida nenhuma uma ocasião justa e necessária quando se repele a força com a força (§9). [...] existe uma lei que não é escrita, é natural, se nossa vida corre perigo ante a traição, a violência e as armas de ladrões ou inimigos, todo meio de buscar nossa salvação é considerado legítimo (§10).

A mesma lei permitindo que se dê morte a um homem armado com a intenção de matar outorgaria, muito sabiamente na opinião do orador, a possibilidade de defender-se. Ao mesmo tempo, quem tivesse feito uso de suas armas em defesa própria, não poderia ser considerado com intenção de matar. Preparado o argumento, Cícero enfatiza: “recordais o que não se pode esquecer: pode-se matar com justiça a quem prepara uma emboscada” (§11).

Em seguida, Cícero apropria e inverte outro argumento da acusação. Ao contrário da idéia que sustentam os inimigos de Milão, diz o orador, o *senatus consultum ultimum* tocaria apenas a desordem pública e não determinaria a parte culpada. E mais importante ainda, o Senado não considerou a morte de Clódio como um atentado contra o Estado. Na realidade, Cícero acredita que o Senado a aprovou, não somente com seus votos, mas também com suas mostras de simpatia ao acusado. A respeito da constituição de um tribunal especial, Cícero argumenta que outros haviam sido criados para tratar de casos de assassinato ou violência e que a morte de Clódio não encontrava dor ou tristeza suficiente no Senado para se criar essa espécie de julgamento (§13).

Ao final da Refutação preliminar, o orador reforça que a questão principal de sua defesa não diz respeito a saber se Clódio foi ou não morto por Milão, mas se foi legal ou injustamente. Finalizando a construção sobre a legitimidade, Cícero enfatiza o ponto fundamental de sua argumentação: que somente caberia aos juízes investigar “quem preparou a emboscada ao outro” (§23). A partir disso, Cícero descreve os eventos para ao final da

Narração afirmar que “se foi Milão o responsável pela emboscada, que não fique impune, mas se foi Clódio, então que se nos absolva da acusação” (§31).

No final da segunda parte da Confirmação, Cícero apresenta a idéia de que teriam sido os próprios deuses que extinguiram e aniquilaram uma peste como Clódio (§84). Dessa forma, continua o orador, seria impossível reclamar para Milão o mérito da morte de Clódio: foram os deuses, em resposta aos inúmeros sacrilégios, que tornaram Clódio um louco furioso, inspirando sua mente para que se atrevesse a irritar Milão com sua violência. Assim, os deuses incutiram em Clódio a idéia de emboscar Milão para ao final ser vencido por este (§84).

Para Cícero, Milão representa o braço armado da Providência e deve-se agradecer aos deuses pelo que ele fez (§85). Igualmente, para o orador foi a ira dos deuses que inspirou aos sequazes de Clódio a demência de que fosse queimado sem os ritos necessários, como lamentações e elogios fúnebres, coberto de sangue e barro, privado das celebrações que inclusive os inimigos costumam conceder (§86). Finalmente, Cícero acredita que Fortuna foi bem dura e cruel ao permitir que Clódio atacasse por tantos anos a *res publica*.

Neste capítulo evidenciamos as diferentes construções retóricas presentes na estrutura de argumentação de Cícero no *Pro Milone*. Assim, a imagem de Clódio é retratada como um elemento desestabilizador do Estado, violento e insidiador, a partir da qual Cícero clama a absolvição de seu cliente. Mais ainda, o orador apresenta suas concepções políticas ao caracterizar Milão e legitimar sua ação como em benefício do Estado.

No próximo capítulo, realizaremos um estudo sobre a carreira política de Clódio e Milão tendo em vista compreender a utilização de seus grupos armados na década de 50. Ao mesmo tempo, evidenciaremos as relações entre Clódio, Milão e Cícero. No final do capítulo, apresentaremos os crimes de Clódio destacados por Cícero no *Pro Milone* para contrapô-los à análise histórica-historiográfica de sua carreira.

3 CLÓDIO E MILÃO

3.1 Reflexão historiográfica da figura de Clódio

Parte da visão tradicional existente sobre Clódio está baseada na imagem depreciativa forjada pela oratória ciceroniana. Essa figura de Clódio é recorrente em quase todos os discursos pós-exílio de Cícero, sempre atacada pelas suas ações, atribuições morais e carreira política. No *Pro Sestio*, por exemplo, Cícero caracteriza Clódio como:

Aquele que atacou, destruiu e incendiou os monumentos públicos, os edifícios sagrados e as casas de seus adversários; que sempre esteve escoltado por sicários, rodeado de gente armada e protegido por espões cujo número hoje em dia nos supera; que sublevou um bando de criminosos estrangeiros, comprou escravos treinados para o assassinato e, durante seu tribulado, deixou soltos pelo fórum todos os ocupantes do cárcere, e ainda agora, na qualidade de edil, acusa o homem que, ao menos em parte, refreou sua loucura exaltada (CIC. *Ses.*, 44).

No decorrer da nossa pesquisa percebemos que essa imagem ciceroniana sobre Clódio influenciou alguns historiadores, principalmente os especialistas e defensores de Cícero, fazendo com que, naturalmente, suas obras compartilhassem da mesma idéia do orador. Maffei em sua obra, por exemplo, descreve Clódio da seguinte maneira:

Era o desenfreado cunhado de Lúculo, que já na Ásia Menor se fez meter, muito jovem ainda, a fazer-se de anarquista, instigando as tropas contra o seu general, seu parente. Embora pertencesse à aristocrática família dos Cláudios, entregara-se de corpo e alma à demagogia, convencido de que faria melhor carreira política conquistando as boas graças do povo do que militando nas fileiras da nobreza [...] esperara outrora obter um grande prêmio de Tigranes, rei da Armênia: e por isso, pusera-se a excitar os veteranos de Lúculo contra o cunhado. Vendo, depois, o perigo, e temendo que Lúculo o fizesse prender, fugira para a Cilícia [...] Voltando a Roma,

trocou o seu nome aristocrático pelo mais popular de Clódio, e começou agitar a canalha. Não houve reivindicação democrática que não encontrasse nele um eloqüente, apaixonado, violento advogado. Em breve, tornou-se o ídolo da facção mais criminoso da plebe. Foi eleito questor, e não havia dúvida que a sua impetuosidade de demagogo o levaria bem depressa ao tribunado (MAFFEI, 1948, p.124).

Ao mesmo tempo, como Pelling (1980) destaca muito bem em seu artigo, existem variações substanciais nas *Vidas* de Plutarco que contribuem para diferentes interpretações da trajetória de Clódio. Além das diferenças encontradas em *César* e *Cícero* respeitantes ao relato do escândalo da *Bona Dea*, o autor destaca ainda os diferentes tratamentos dados por Plutarco a Clódio, no sentido de evidenciar se ele estava agindo independentemente ou se era agente do triunvirato. Em particular, os motivos para o exílio de Cícero são tratados em várias *Vidas*: “seria vingança de Clódio ou política do triunvirato?”, argumenta Pelling. No entanto, o autor aponta uma resposta clara e consistente, mas as diferenças entre os relatos são iluminadoras.

Em *Pompeu*, o autor destaca que Plutarco sugere um acordo entre Clódio e Pompeu: Pompeu precisaria de apoio para defender a aprovação de suas conquistas no Oriente e seria forçado a utilizar-se de Clódio, o qual teria demandado como recompensa o sacrifício de Cícero. Mais a frente no relato, continua Pelling, Plutarco descreve a embaixada de Catão a Chipre como em interesse próprio de Clódio e contra a intenção de Pompeu. Por fim, Plutarco também descreve os ataques de Clódio a Pompeu como sendo por conta própria, atuando como um agente independente. Em *Catão*, Clódio estaria a serviço dos interesses dos triúmviros e recebe o exílio de Cícero como parte da barganha. Finalmente, em *César*, o exílio de Cícero é não apenas de interesse de Clódio, mas de César também (PELLING, 1980, p.132-134).

Encontramos importantes trabalhos que discutem a pessoa e o papel exercido por Clódio no final da República e deparamo-nos com a existência de uma longa discussão sobre o tema. Tendo em vista as duas interpretações acima, de Plutarco e Cícero, percebemos que a

compreensão da complexa movimentação política de Clódio por parte dos historiadores está longe de um consenso. Um dos pontos dessa discussão, cuja influência não podemos ignorar, é o papel desempenhado por Clódio frente aos triúnviros.

Num artigo de 1924, Pocock sugere que a visão tradicional sobre Clódio e sua política deveriam ser reconsideradas. Ele rebate a idéia de Mommsen de que Clódio teria se voltado contra seus mestres e que seu emprego foi um erro da parte de César. Argumenta ainda, que sem dúvida Clódio era um temerário indivíduo, mas que atendeu aos interesses de César muito bem, e que dessa forma teria servido a apenas um mestre, César, o líder do seu partido popular (POCOCK, 1924, p.61). Após demonstrar o que ele denomina de o jogo de xadrez político de César, o autor indica como Clódio teria desempenhado seu papel nesse jogo em benefício de César, rebatendo outro argumento de Mommsen de que Clódio atuou em interesse de Crasso. Com a partida de César para a Gália, Clódio teria sido a figura de maior poder em Roma e, a partir de uma série de conjecturas, Pocock demonstra como os ataques de Clódio a Pompeu e a Cícero serviriam aos interesses de César (POCOCK, 1924, p.65).

Em artigo da mesma década, Marsh (1927) argumenta que o motivo de Clódio ao ameaçar a legalidade das leis de César⁹ em 59, era objeto de muitas conjecturas por parte dos historiadores. Referindo-se a Pocock, o autor afirma que, em oposição a todos os historiadores passados, ele nega abertamente que Clódio tenha feito um ataque a César e oferece uma nova explicação para o fato. O ponto central dessa discussão reside num trecho do CIC. *Dom.*, 40, em que Cícero declara que Clódio convocou Bíbulo diante o povo e através do testemunho desse ex-cônsul, mostraria que todas as leis de César foram aprovadas apesar dos auspícios desfavoráveis (MARSH, 1927, p.30).

⁹ Um dos primeiros atos de César como cônsul foi atender aos veteranos de Pompeu com uma lei agrária. Quando Catão bloqueou a *lex Iulia agraria* no Senado, César obteve sua aceitação no comício das centúrias. César empenhou-se também na ratificação das medidas adotadas no Oriente por Pompeu além da revisão dos contratos da província da Ásia para os *publicani*.

Marsh afirma ainda que Pocock demonstrava que, entre 58 e 56, Clódio estava atuando em nome dos interesses de César. Para o autor, Pocock considerava que os ataques de Clódio a Pompeu tinham a intenção de reduzir a reputação do grande general e, ao manter Cícero no exílio, Clódio estaria evitando que aquele promovesse uma reconciliação entre Pompeu e o Senado. Contudo, Marsh observa que foi com o dinheiro de Crasso que Clódio pôde subornar o tribunal no caso da *Bona Dea* e sugere que Clódio fosse um homem de Crasso. O autor demonstra ainda que, dos cônsules de 58, Gabínio era apoiado por Pompeu e Pisão tinha laços de parentesco com César, de forma que Crasso teria sido ignorado da “barganha” a não ser que Clódio estivesse a apoiá-lo. Com a partida de César para a Gália, sua ausência teria aumentado a rivalidade entre Crasso e Pompeu. Ao mesmo tempo, Crasso e Clódio teriam percebido que uma reconciliação entre Pompeu e o Senado poderia ser perigosa. O autor justifica assim, a violência de Clódio contra Pompeu, argumentando que, se Crasso não instigou os movimentos hostis de Clódio, teria ao menos ficado satisfeito em ver o general humilhado e não teria tentado frear o tribuno (MARSH, 1927 p.31).

Mulroy (1988) cita o artigo de RUNDELL (1979) “Cicero and Clodius: The question of credibility”, onde o autor se propõe a fazer uma reavaliação da imagem de Clódio ao afirmar que já é tempo de serem ditas algumas palavras em defesa de Clódio. Mulroy afirma ainda, que seu estudo foi realizado com o objetivo de complementar o trabalho de Rundell, que apresenta uma visão simpática do tribunado de Clódio. Neste estudo, Mulroy pretende esclarecer o início da carreira de Clódio, tendo em vista que Plutarco, Apiano e Dión rotineiramente incluem incidentes ficcionais em suas histórias (MULROY, 1988, p.155). No final do artigo, Mulroy evidencia que nossas fontes para os eventos no final da república são extremamente partidárias e frequentemente apoiam-se em incidentes ficcionais. “Nessas circunstâncias, indivíduos como Clódio, que estavam no ‘lado errado’ da corrente [...] frequentemente tornam-se vilões melodramáticos” (MULROY, 1988, p.177).

Lintott (1999, p.190) diz que é tentador acreditar que Clódio e seu grupo armado efetivamente prolongou o que ele chama de “*regnum* de 59”. Para o autor, as várias facetas da atividade de Clódio compelem o historiador a garantir um certo grau de autonomia ou, pelo menos, reconhecê-lo como mais que uma ferramenta da coalizão. A melhor abordagem, na sua opinião, seria retirar o conceito de subordinação e observá-lo simplesmente como um homem o qual os triúnviros decidiram torná-lo seu *amicus*, garantindo-lhe o benefício da adoção e esperando alguma recompensa em troca.

Lintott considera ainda, que o reconhecimento de Clódio como um poder próprio, com sua própria política é criticado por várias razões: primeiro, é comumente assumido que a história da última década da República gira em torno das brigas e reconciliações entre Pompeu, César e Crasso; segundo, o papel desempenhado pelos grupos armados em Roma não são em nada comparáveis aos feitos dos exércitos pró-consulares da época (LINTOTT, 1999, p.196).

O fato de Clódio aproximar-se em determinados momentos, ora de alguma influente figura, ora de um grupo de interesses, não seria um determinante da sua conduta política, visto que no período eram constantes as movimentações desse tipo. Muito mais difícil e complexo seria compreender os motivos que levaram esses indivíduos a buscar uma aliança com Clódio.

Nosso objetivo no presente capítulo não é o de fazer uma defesa a Clódio, mas apresentar um estudo sobre sua carreira política suscitando elementos suficientes para compreender seu relacionamento com Cícero, a violência praticada por Milão e Clódio, no sentido de contrapor alguns argumentos do *Pro Milone*.

3.2 Carreira política de Clódio

3.2.1 Do escândalo público a adoção à plebe

Pouco se sabe sobre a carreira de Clódio antes do incidente da *Bona Dea*. As primeiras referências a Clódio apontam que ele, quando jovem, tentou sublevar os exércitos do seu cunhado Lúculo quando da campanha no Oriente contra Mitridates. Teria sido capturado por piratas quando retornava do Oriente, livrando-se de ser vendido como escravo pela bem sucedida campanha anti-pirataria de Pompeu (Plutarco, *Lúculo*, 34). Não nos interessa aqui discutir em pormenores, ao contrário de Mulroy (1974 p.155), até que ponto esse relato de Plutarco é ou não fantasioso e sua influência sobre os historiadores modernos. O mais importante para nós é a observação de Lintott (1967, p.158) de que a deslealdade de Clódio teria sido imperdoável aos olhos romanos, sendo significativo o fato de ele não ter sido acusado disto posteriormente.

Na Cidade, o primeiro registro da participação política de Clódio é referente ao consulado de Cícero em 63. Plutarco aponta que Clódio fazia parte do corpo de jovens cavaleiros romanos que tinha por missão defender e escoltar Cícero durante a prisão, e posterior execução, dos catilinários. Plutarco descreve Cícero e Clódio nessa época como amigos (*Cícero* 29).

No ano seguinte, Clódio ficaria famoso por sua suposta invasão durante os ritos *Bona Dea*. Ele tinha sido eleito questor para a Sicília em dezembro de 62 e, no fim do mesmo mês, foi acusado de ter entrado em trajes femininos na casa do Pontífice Máximo César, durante

um rito secreto das vestais em homenagem a referida deusa. Cícero comenta sobre o incidente em duas cartas a Ático (CIC. *Att.*, I, 12; I, 13). Destacamos os trechos a seguir:

Eu acredito que você já tenha ouvido que P. Cláudio, filho de Ápio, foi descoberto em roupas de mulher na casa de C. César, onde ocorria o sacrifício [...] mas uma serva conseguiu ocultá-lo e levá-lo para fora. Isso criou um escândalo público [...] (CIC. *Att.*, I, 12).

Sem dúvida você deve ter ouvido que, quando o sacrifício estava acontecendo na casa de César, um homem vestido de mulher entrou; e que após as vestais terem conduzido o sacrifício novamente, a questão foi mencionada no Senado por Cornifício [...] o caso foi aludido para as Virgens e os pontífices, e eles pronunciaram isso como sacrilégio. Os cônsules foram indicados pelo Senado a trazer uma *rogatio* sobre a questão [...] César se divorciou da esposa [...] a amizade de Pisão por Clódio está fazendo com que ele tente ao máximo arquivar a *rogatio* (CIC. I, 13).

Durante o julgamento no ano seguinte, Cícero testemunhou contra Clódio afirmando tê-lo visto em Roma no dia do incidente, diferentemente do que a defesa alegava. Clódio foi absolvido da acusação aparentemente por conta de suborno (CIC. *Att.*, I, 14; I, 16). Nesse episódio encontramos um indício de que Clódio estaria associado com grupos de arruaceiros pressionando os juízes para a absolvição (CIC. *Att.*, I, 13). Por outro lado, Plutarco afirma que o testemunho de Cícero contra Clódio foi o motivo pelo qual este iria no futuro perseguir Cícero (*Cícero* 31).

Após retornar da questura em 60, Clódio entrou com um processo para a sua transferência à plebe. Tentou por meio de um plebiscito, mas a tentativa falhou pela oposição do Senado, sendo Pompeu o primeiro a manifestar-se contra. Além disso, segundo a correspondência de Cícero, foram vetadas quaisquer tentativas de levar o tema da adoção a votação (CIC. *Att.*, I, 18; I, 19). Em outra carta, Cícero reproduz uma conversa entre ele e Curião, na qual este informa a certeza de que Clódio pretendia candidatar-se ao tribunado. Informa, ainda, que Clódio estaria tão hostil a César que ameaçava atacar sua legislação.

César, em contrapartida, estaria impedindo, até mesmo, que fosse proposta a adoção de Clódio (CIC. *Att.*, II, 12).

Contudo, algum tempo depois Cícero comenta em outra carta que Clódio estava sendo tratado com grande cortesia e que, antes freqüentador apenas da casa de César (numa referência jocosa ao episódio da *Bona Dea*), tinha agora passe livre em mais de vinte (CIC. *Att.*, II, 9). No ano seguinte, Clódio foi adotado por uma família plebéia por meio de uma *lex curiata* apresentada por César, enquanto o próprio Pompeu atuou como áugure. Lintott (1967, p.162) aponta que Clódio foi consideravelmente beneficiado por essa adoção e por ela era esperada uma retribuição.

A transferência de Clódio para plebe representou uma mudança significativa em sua carreira, pois nessa nova condição social ele estava apto a disputar os cargos reservados à plebe, em especial, o de tribuno da plebe (FERRAZ, 1989, p.69). Não é nosso objetivo avaliar a complexa movimentação política durante o consulado de César em 59, mas destacamos que Cícero, por um momento, coloca esperanças na candidatura de Clódio ao tribunado:

O que eu não consigo imaginar é como César possa encontrar qualquer solução para a questão agrária que não irá encontrar oposição [...] sob minha palavra, nossa única esperança descansa em Públio. Que ele por todos os meios se torne tribuno (CIC. *Att.*, II, 15)¹⁰.

3.2.2 Legislação tribunicia de Clódio

A situação política de Clódio no início do tribunado, em dezembro de 59, e aquela após a apresentação e aprovação de seu programa legislativo inicial em janeiro de 58, são bem

¹⁰ Como bem observa Axtell (1915, p.398) Cícero frequentemente se refere aos irmãos Cláudio como Ápio e Públio. O autor afirma ainda que a indicação do prenome seria uma boa maneira de ocultar informações caso a carta caísse em mãos erradas.

diferentes em si, graças a enorme popularidade e influência conquistadas a partir dessa legislação. Apesar da maioria de seus companheiros de tribunado serem hostis, Clódio em nenhum momento foi vetado em suas propostas (TATUM, 1990a, p.191).

Díon afirma que o programa legislativo de Clódio visava não apenas a plebe urbana, mas também os cavaleiros e senadores (*Hist.*, 38. 13, 40). Ainda segundo Díon, Cícero procurou os serviços de um tribuno para frustrar o início do programa legislativo de Clódio e este, temendo que sua proposta fosse vetada, concordou em não atacar Cícero, acordo que Cícero aceitou (*Hist.*, 38. 14, 1-3) (In: TATUM, 1990c, p.203).

O programa legislativo inicial de Clódio era composto por quatro leis resumidas e comentadas a seguir:

a) uma *lex frumentaria* garantindo a distribuição de trigo gratuito a uma parcela da população. Não se sabe ao certo a quantidade de favorecidos ou se os beneficiários seriam aqueles que já recebiam trigo subsidiado: Nicolet (p.32, 1992) aponta para 320.000 o número de beneficiários por essa lei. Brunt (1981, p.109) observa que a lei de Caio Graco reduzindo o preço do trigo para uma parcela da população manteve-se inalterada, passando por momentos em que foi paralisada ou retomada. Catão em 62 havia ampliado em larga escala essa distribuição, mas foi Clódio quem finalmente fez as distribuições gratuitas. Essa lei resultou em uma grande e imediata simpatia popular, mantendo-se até que César, na qualidade de ditador, reduziu significativamente o número de beneficiários e modificou seriamente a lei *de collegiis* (TATUM, 1990a, p.188).

b) a *lex de collegiis* reabilitava os *collegia* (associações, corporações), suprimidos por uma decisão do Senado em 64, e também permitia a criação de novos. Os *collegia* eram organizações autônomas que serviam especialmente para a articulação da identidade cultural da população urbana (NIPPEL, 1884, p.28), podendo ter três aspectos: a de associações de comércio, a de irmandades religiosas e a de associações distritais (LINTOTT, 1967, p.160).

Com relação as associações distritais, esses *collegia* seriam formados por pessoas vivendo no mesmo *uicus* e seriam subdivididos em *decuriae*, que teriam um *magistri uici* a cabeça (LAURENCE, 1994, p.68).

Pressupõe-se que cada habitante de Roma seria membro de uma *decuria*, que faria parte de um *collegium*, e cada *uicus* estaria subdividido em certo número de *collegia*. Esses *collegia* teriam representantes que poderiam organizar os membros de seu *collegium* para a ação política. Laurence (1994, p.69) considera a possibilidade de que através desses representantes de *collegia*, Clódio teria conseguido comunicar-se eficientemente com os diversos setores da população urbana, além de ter exercido algum tipo de controle sobre as informações e boatos espalhados pela Cidade. Lintott (1999, p.82) afirma que Clódio, ao explorar essas associações, conseguiu recrutar homens para seu grupo armado e para outros propósitos políticos num alto nível de organização e em uma escala maior que qualquer um antes dele, tornando-se patrono de parte da população urbana.

c) a *lex de obnuntiatione* limitava o uso das obstruções religiosas. Taylor (1949, p.81-82) recorda que para conduzir qualquer comício em Roma, independente de suas atribuições, era necessário consultar os auspícios. Em teoria, os auspícios eram considerados como a interpretação humana de sinais, baseados no poder dos deuses em dizer ao povo se certas ações eram ou não de sua vontade. O magistrado que presidia o comício tinha a obrigação de procurar no céu os presságios que indicavam a boa ou má vontade dos deuses e, ainda assim, outros áugures poderiam procurar pelos mesmos fenômenos em outras partes da Cidade. Os sinais para encerrar ou dissolver uma assembléia poderiam ir da visão de um raio ou o barulho de um trovão, passando também por ataques de epilepsia e até mesmo uma mudança no apetite dos frangos sagrados (TAYLOR, 1949, p.81-82).

Uma declaração de augúrios desfavoráveis era automaticamente aceita sem discussão, de modo que o áugure dispunha do poder de veto sobre toda e qualquer transação pública

(FINLEY, 1984, p.115). Finley destaca ainda que, quando o áugure cancelava uma reunião da assembléia ele declarava que o dia era inauspicioso para os negócios públicos, e não que a proposta a ser votada tinha recebido reprovação divina (FINLEY, 1984, p.117).

O ponto capital da observação dos auspícios é que esta poderia ser utilizada por um magistrado para dissolver um comício convocado por outro magistrado, só não podendo ser empregada por um cônsul contra um tribuno num comício da plebe. Essa intervenção caracterizava-se como obstrução religiosa (*obnuntiatio*). A resistência empregada por Bíbulo contra César em 59 é um exemplo prático dessa tática (BALDSON, 1957, p.15) e Clódio tentou reduzi-la, limitando a *obnuntiatio* em alguns aspectos, como a observação de presságios por um magistrado quando uma assembléia já estivesse reunida (TAYLOR, 1949, p.82). Tatum (1990a, p.189) considera ainda que a possibilidade de que um magistrado ou tribuno pudesse, observando o céu sem sair de casa, paralisar o governo por um ano não poderia ser bem vista.

d) finalmente, a *lex de censoria notione* criava obstáculos à atuação dos censores e permitia, a cada senador, recorrer se acreditasse que sua expulsão do Senado fosse injusta. O prestígio dos senadores seria preservado às expensas do poder dos censores, pois essa lei exigia que eles tivessem uma articulada justificativa para alterar a composição do Senado (TATUM, 1990b, p.40).

Clódio rapidamente colheu frutos desse programa legislativo inicial, pois a força de sua atividade política nos meses seguintes é notável. Ainda em janeiro, Clódio consegue aprovar outras três leis. Uma delas permitiu aos cônsules de 58, Gabínio e Pisão, escolherem novas províncias consulares em detrimento daquelas às quais estavam destinados, por sorteio, no fim do mandato.

Outra lei, a *lex de imperio Catonis* concedia a Catão uma embaixada especial a Chipre com o poder para tomar decisões pelo Senado. Tatum (1990a, p.193) afirma que Clódio, ao

demonstrar esse apoio público à Catão, desejava separá-lo do grupo de resistência de Cícero. Em 63, durante a reunião extraordinária do Senado para tratar do futuro dos catilinários presos em Roma, Catão foi quem defendeu com mais veemência a execução daqueles e, dessa maneira, ele poderia ser processado pela próxima lei de Clódio, a *de capite ciuis romani*. Essa lei determinava o exílio de todo magistrado que houvesse dado morte a algum cidadão sem a apelação popular.

O motivo pelo qual Clódio eliminou Cícero da cena política poderia ser vingança, como alega Plutarco, mas “os historiadores tendem a ver o ataque de Clódio como um serviço prestado aos três dinastas, sob o argumento de que estes temiam que Cícero pudesse liderar um ataque a legislação de 59” (LINTOTT, 1967, p.165). Ainda segundo Lintott, é tentador afirmar que dessa maneira Clódio conseguiu remover dois grandes possíveis opositores a seus planos: Cícero de forma vergonhosa e Catão de forma honrosa (LINTOTT, 1967, p.166).

No dia seguinte à aprovação da *lex capite ciuis romani*, Cícero exilou-se antes de ter sido oficialmente condenado e, enquanto fugia em direção à Grécia, uma nova proposta de Clódio formalmente exilava-o, confiscava seus bens e fixava os termos da pena. Sua casa no Palatino foi queimada, consagrada e transformada por Clódio num santuário a Liberdade (CERUTTI, 1997, p.419). Brunt (1981, p.120) observa que nessa atitude, Clódio reivindicava a liberdade dos cidadãos contra o tratamento arbitrário dos magistrados.

3.3 A prática da violência por Milão e Clódio

Sherwin-White (1956, p.1) considera muito difícil falar da política romana no final da República sem tocar na questão da violência. Lintott (1999, p.204) observa que a violência

sempre tinha desempenhado um papel considerável no resultado de disputas privadas, onde teria sido ritualizada na forma de processos legais, mas manteve sua forma original. O autor aponta que a violência no final da República foi usada para forçar ou reprimir medidas através das assembléias, para influenciar o resultado de uma eleição ou julgamento e para intimidar ou até mesmo eliminar oponentes políticos. Apesar do número de medidas constitucionais para tentar anular ou fiscalizar esses efeitos, continua o autor, quando um conflito não podia ser resolvido dentro das normas, não era surpresa que a parte frustrada empregasse a violência. Finalmente, em alguns casos, esta violência não poderia ser oposta senão pela violência das facções também.

Pouco sabemos sobre a juventude e carreira política de Milão antes de ele ser eleito tribuno da plebe para o ano de 57. No início desse ano, oito tribunos da plebe prepararam uma proposta para chamar Cícero de volta do exílio, sendo o líder dela Q. Fabrício (LINTOTT, 1974, p.62). Em 23 de janeiro, quando Fabrício tentou manter a votação final da proposta no conselho da plebe, a assembléia foi violentamente dispersada pelos partidários de Clódio. Alguns dias depois, o tribuno Séstio foi agredido quando tentou utilizar da obstrução religiosa contra uma reunião popular. Consideramos esses eventos significativos por dois motivos:

a) atesta a maneira pela qual Clódio, no momento simples cidadão, conseguiu dissolver uma assembléia e impedir um processo de votação contrário aos seus interesses. O método empregado não foi pela via do veto ou da obstrução religiosa, mas através da violência realizada por um grupo armado.

b) Após o episódio, o então tribuno Milão tentou levar Clódio a julgamento sob a acusação de conduta violenta, mas foi impedido por editos suspendendo as atividades judiciais. Em consequência, tanto Milão quanto Séstio armaram grupos por conta própria.

3.3.1 Configuração e utilização dos grupos armados

Em geral, grandes homens cercavam-se de clientes quando realizavam negócios públicos ou durante o período eleitoral, não apenas para aumentar sua reputação como também para assegurar sua proteção física. Todavia, não há indícios de profissionais contratados para esses serviços antes da década de 60 (LINTOTT, 1999, p.74). O próprio governo da República não possuía uma força de polícia e os magistrados dispunham de alguns poucos assistentes para manter a ordem (BRUNT, 1981, p.96). Em 63, Cícero contou com o apoio de jovens cavaleiros e, durante o tribulado de Clódio, homens ofereceram o empréstimo de seus clientes e amigos, assim como de seus libertos e escravos para resguardarem sua segurança (CIC. *Frat.*, I, 2).

Como foi visto, acredita-se que o sucesso de Clódio em assegurar o apoio da população urbana de Roma, seja livre ou escrava, recrutando-os através dos *collegia*, tenha sido a fonte de seu grupo (LINTOTT, 1999, p.193). Somente a partir de Cícero conhecemos algo da composição do grupo de Clódio. Ele fala de escravos (CIC. *Mil.*, 89), de bandidos e salteadores aos quais Clódio havia atraído com pilhagens (CIC. *Mil.*, 3), além de criminosos assassinos libertados da prisão que Clódio (CIC. *Mil.*, 91). Descreve ainda Clódio como sendo escoltado por sicários, rodeado de gente armada, protegido por espiões e acusa-o também de ter comprado escravos treinados para o assassinato (CIC. *Ses.*, 44). O grupo de Sétio e Milão é descrito como compostos majoritariamente por gladiadores e lutadores de feras (CIC *Ses.*, 84).

Como bem observa Brunt (1981, p.113), essas declarações de Cícero são suspeitas, pois admite-se que era uma técnica retórica comum vilipendiar os oponentes relacionando-os como elementos criminosos. O autor observa ainda que nas leis romanas o encarceramento

não era uma pena legal, e conjectura que, se Clódio libertou homens que eram prisioneiros, não deveriam ser apenas indivíduos que estivessem a espera de julgamento, mas também, pessoas presas por dívidas (BRUNT 1981, p.112).

A posse de gladiadores não era um fato incomum aos membros ricos da sociedade, visto que o irmão de Clódio os possuía e o próprio Milão tinha comprado um grupo destes de Catão em 56 (CIC. *Fra.*, II, 4). Milão, como tribuno, teria prendido e encaminhado um grupo de gladiadores ao pretor Ápio Cláudio, irmão mais velho de Clódio, sendo posteriormente libertados pelo também tribuno Serrano. Em 54, após receber uma herança, Milão planejava realizar o maior espetáculo de gladiadores já visto (CIC. *Fra.*, III, 9). Lintott (1999, p.85) observa que qualquer um que desejasse realizar espetáculos de gladiadores deveria alugar ou comprar esses escravos e, uma vez adquiridos, seria apenas um pequeno passo para utilizá-los como guarda-costas.

Destacamos quatro maneiras pelas quais estes grupos foram empregados:

a) Para intimidar os adversários: pode-se conjecturar que os homens de Milão foram utilizados como instrumento para assegurar a ordem na aprovação final da proposta sobre o retorno de Cícero, nos comícios de agosto de 57. Díon (Hist., 39. 8, 2-3) sugere que os homens de Milão foram um dissuasivo para Clódio, mas não há confirmação sobre isso nos discursos de Cícero. Nessa ocasião em especial, a utilização do veto e da obstrução religiosa tinham sido proibidos pelo Senado, e a autoridade senatorial teria recebido apoio devido a pressão exercida pela influência de Pompeu, pois segundo consta, a maioria dos eleitores italianos havia comparecido ao comício, não apenas pela reputação de Cícero, mas como resultado de um movimento organizado por Pompeu (LINTOTT, 1974, p.63).

Contudo, em novembro de 57 temos o testemunho do próprio Cícero de que Milão, antes da meia noite, havia ocupado posições no Campo de Marte com um grande contingente

de homens, evitando que Clódio fizesse o mesmo. De acordo com Cícero, Milão manteve essa tática nos dias seguintes de votação: “Agora são três da madrugada [...] enquanto eu escrevo. Milão já tomou conta do Campo” (CIC. *Att.* IV, 3). Acreditamos que nesse exemplo possam ser incluídas todas as demonstrações de força utilizadas por Milão no intuito de conter ou dissuadir uma possível ameaça por parte dos partidários de Clódio. Lintott (1974, p.63) afirma que, em 57, os serviços prestados por Milão a Pompeu evitaram que este ficasse fisicamente imobilizado como em 58.

b) Violência direta contra indivíduos ou propriedades: incluímos nesse grupo o confisco dos bens e das propriedades de Cícero em 58, assim como a já mencionada força empregada por Clódio contra Séstio e Fabrício. Destacamos ainda, o ataque aos operários encarregados da reconstrução da casa de Cícero, o apedrejamento e posterior incêndio da casa de seu irmão Quinto, e a perseguição feita contra Cícero na Via Sacra (CIC. *Att.*, IV, 3). Esses eventos demonstram o direcionamento da violência de Clódio contra Cícero, pessoas ligadas a ele ou atuando no seu interesse. A vulnerabilidade a que Cícero esteve sujeito em 57 pode comprovar a idéia de que até esse momento Milão não havia providenciado proteção física a Cícero: os homens de Milão somente entraram em ação quando sua própria casa, também situada na área do Palatino, foi atacada (LINTOTT, 1974, p.63). Este último evento teria sido o primeiro confronto direto entre as forças dos dois grupos, resultando em alguns mortos.

c) Violência no intuito de estabelecer uma supremacia: nesse exemplo enquadraremos os freqüentes embates entre os grupos de Clódio e Milão realizados nas ruas de Roma. Acreditamos que nesses eventos, o objetivo de cada grupo seria o da eliminação do concorrente, ocorrendo desde pequenos enfrentamentos ocasionais chegando até mesmo ao domínio de certas áreas da Cidade, com a construção de barricadas e pontos de guarda por

ambas as partes. Corrobora esta idéia uma carta de 56, na qual temos a confirmação de Cícero de que o grupo armado de Milão tinha crescido tanto que já era muito superior ao de Clódio (CIC. *Frat.*, II, 3). Apesar da influência de Clódio ter declinado a partir de 57, seu grupo não foi eliminado até sua morte (LINTOTT, 1967, p.169).

A maior parte das informações sobre 54 e 53 são oriundas da correspondência de Cícero e esta atesta os freqüentes embates entre os dois grupos, a corrupção eleitoral generalizada e o constante adiamento das eleições. Constatamos que nesses dois anos o confronto entre Clódio e Milão afetou significativamente a ordem pública, pois entre 54-52 o Senado teve de designar inter-reis em substituição aos cônsules até que as eleições fossem realizadas. O conflito entre os dois grupos atingiu o clímax com a morte de Clódio e o conseqüente incêndio da Cúria. Somente nesse momento foi votada uma resolução do Senado no intuito de controlar a violência.

d) Organização e mobilização popular: logo depois de seu retorno em 57, Cícero registra que após dois dias de escassez de pão, uma multidão atacou a casa do pretor urbano L. Cecílio Rufo, correu ao teatro e depois ao Senado, instigados por Clódio, o qual afirmava que a falta de trigo era culpa de Cícero (CIC. *Att.*, IV, 1). A situação apenas se acalmou quando Pompeu, encarregado pelo Senado, recebeu um comando especial para restabelecer o abastecimento, tendo como reflexo imediato a queda do preço do trigo. Brunt (1981, p.94) destaca que a fome, ou a ameaça dela, representada pela escassez de alimentos, era um dos principais fatores de turbulência da população urbana. Nesse episódio, é significativa a maneira como Clódio, aproveitando-se da sua momentânea suscetibilidade popular, direcionou essa “multidão” contra o recém chegado Cícero. Lintott (1999, p.67) destaca que um político poderia trabalhar através das necessidades do povo, encorajando a violência em seu interesse.

Ressaltamos outro exemplo significativo em 56 durante o julgamento de Milão, sob a acusação de conduta violenta. Nesse episódio, Pompeu teria discursado por três horas em defesa de Milão, apesar da gritaria dos seguidores de Clódio. Em seguida, de acordo com Cícero (CIC. *Fam.*, I, 5; *Frat.*, II, 3), Clódio iniciou seu discurso contra Milão e “deparou-se com tal ensurdecador grito da nossa parte que perdeu o controle de todas as faculdades, sua voz e postura”. Nesse momento, continua Cícero, Clódio teria mudado sua tática e começado a gritar uma série de questões para a multidão: “Quem deixa o povo passar fome?” e a multidão respondia “Pompeu”; “Quem quer ir para Alexandria?”, “Pompeu”; “Quem vocês querem que vá para Alexandria?” “Crasso”.

Ainda segundo Cícero, os partidários de Clódio, a um dado sinal

começaram a cuspir nos nossos [...] nossos homens os atacaram e após Clódio fugir do rosto, nós também fugimos por medo de algo acontecer no confronto. O Senado foi convocado na Cúria e Pompeu foi para casa (CIC. *Frat.*, II, 3).

Laurence (1994, p.70) afirma que esse episódio comprova que Clódio estava preparando e liderando a população urbana para a ação política e, destacando Díon (*Hist.*, 39. 18-19), observa que essa técnica era frequentemente utilizada por Clódio diante da população.

O aspecto mais destacado da carreira de Clódio foi a maneira pela qual ele desenvolveu a violência como instrumento político após seu tribunado. O emprego da violência por Clódio, neste período específico, resultou num movimento contrário igualmente violento, liderado por Milão. Como visto, tanto Clódio quanto Milão, organizaram sua violência para fins específicos, através de homens dispostos a lutar contra qualquer eventualidade que ocorresse.

Finalmente, para concluir nosso estudo sobre Clódio, resta-nos avaliar dois aspectos da argumentação do *Pro Milone*: o que diz respeito ao tema da emboscada e os motivos pessoais de Milão e Clódio.

3.4 Contraposição aos argumentos do *Pro Milone*

3.4.1 O tema da emboscada em Ascônio

Um dos fatores que mais debilita a credibilidade do discurso de Cícero foi o próprio tema da emboscada. Segundo a descrição dos eventos por Ascônio (ASC. 4-6), Milão dirigia-se a Lanúvio, de onde era natural e exercia a função de ditador, para nomear um flâmine no dia seguinte. Por volta da hora nona, pouco depois de ter passado por Bovilas, encontrou-se com Clódio, que regressava de Arícia, onde pronunciara um discurso aos decuriões da cidade. Clódio viajava a cavalo e era seguido por trinta escravos armados à ligeira que, segundo o comentador, era um costume entre os viajantes naquela época.

Além disso, continua Ascônio, três figuras acompanhavam Clódio na viagem: o cavaleiro romano Caio Causínio Escola, Públio Pompônio e Caio Clódio, ambos conhecidos plebeus. Por outro lado, Milão viajava em carro, acompanhado de sua esposa Fausta, filha do ditador Sila, e do amigo Marco Fúfio. Milão era seguido por uma grande coluna de escravos, entre os quais havia também gladiadores, dois deles famosos, Eudamo e Bírrio, como destaca Ascônio. Estes últimos marchavam atrasados no final da coluna e estabeleceram uma disputa com os escravos de Clódio, que até então, para não chamar a atenção, tinha adotado uma posição despercebida.

Clódio teria tentado apartar os seus quando recebeu um golpe de lança no ombro, resultando numa confusão generalizada. O comentador observa que Clódio ferido foi transportado até uma pousada próxima, e que quando Milão foi informado do fato, consciente de que se Clódio permanecesse com vida, aquele episódio seria muito perigoso para ele e,

uma vez que a sua morte seria um grande alívio, ordenou que invadissem a pousada, à força, onde Clódio foi assassinado, tendo parte de seus escravos também sido mortos. Seu corpo foi conduzido até a Via Ápia onde o senador Sexto Tédio o encontrou.

Ascônio contabiliza que onze escravos de Clódio foram mortos enquanto Milão teve apenas dois escravos feridos. Segundo o autor, os acompanhantes de Clódio foram mantidos prisioneiros por Milão por dois meses a portas fechadas em sua casa. Na noite seguinte ao confronto, Milão retornou a Roma e libertou seus escravos, estando ainda decidido a retomar sua campanha eleitoral. Alguns dias mais tarde, continua Ascônio, o tribuno M. Célio, ligado a Milão, convocou uma reunião popular onde denunciou que Clódio fora o agressor e que a emboscada fora premeditada. Em contrapartida, os seguidores de Clódio, indignados com a acusação, intervieram na reunião com armas resultando numa debandada geral. E por fim, Ascônio relata que os conflitos generalizados entre os grupos de Milão e Clódio prosseguiram até a intervenção do Senado (ASC. 4-6).

3.4.2 Os motivos de Milão e Clódio

Dyck (2001, p. 224) afirma que o quadro pintado por Cícero, a respeito de Milão apenas evitar a violência de Clódio, não se sustenta. O autor considera que Milão mostrou-se tão ativo quanto Clódio e que um desejava a morte do rival. A respeito do que teria dito Clódio, que Milão seria morto em três ou quatro dias, a argumentação novamente não se sustenta, pois tanto Milão quanto Clódio trocaram diversas acusações por anos e não há razão, para o autor, em considerá-la agora mais séria do que antes.

Ainda em 57, Cícero acreditava que Milão iria conseguir levar Clódio a julgamento, a menos que o matasse primeiro: “se acontecer um próximo embate eu consigo ver Milão matando-o com as próprias mãos” (CIC. *Att.*, IV, 3). Quando a oportunidade apareceu a Milão, este não hesitou em ordenar a invasão do local onde Clódio estava ferido. No *Pro Milone*, a morte de Clódio é descrita como um ato dos escravos de Milão sem a ordem deste, pois de outra maneira, o tema da auto defesa ficaria comprometido.

Contrariamente ao defendido por Cícero, o apoio político de Milão foi crescendo não apenas devido a sua repressão as atividades de Clódio. Seu fortalecimento está relacionado, em parte, ao apoio e suporte de Cícero principalmente durante a campanha para o consulado. Em carta a Curião, Cícero solicita o apoio daquele à campanha eleitoral de Milão. Cícero afirma que naquele momento estaria investindo seu coração e alma na eleição de Milão para o consulado, e enumera ainda as vantagens eleitorais de Milão em contraposição aos seus adversários, apoiados por Pompeu: o apoio dos *boni* conquistado em seu tribulado; o apoio das pessoas comuns e da população em virtude dos jogos e da sua generosidade; o apoio de jovens cidadãos; dos homens que eram influentes em assegurar votos; e o próprio apoio de Cícero (CIC. *Fam.*, II, 6).

Sabemos por Cícero (CIC. *Frat.*, III, 8; III, 9) que em 54, Milão preparava-se para realizar jogos magníficos a um custo que aquele acredita nunca ter sido excedido por outra pessoa. Cícero expressa ainda sua confiança nas chances de vitória de Milão, mas ainda assim o reprime, acreditando que as despesas com os jogos iam além do necessário, e mostrando-se também preocupado com a situação financeira de Milão. Estes jogos visavam disputar a simpatia popular não apenas de seus concorrentes, mas de Clódio também, conquistando sua base de apoio, a plebe e a multidão de baixa condição social.

De acordo com Ascônio (33), quando Milão retornou a Roma após a morte de Clódio e das desordens, ele renovou sua candidatura ao consulado distribuindo uma grande

quantidade de dinheiro. Yakobson (1992, p.42) afirma que tanto Cícero quanto Ascônio consideram o apoio dos eleitores urbanos como o elemento crucial na força de Milão como candidato e atribuem esse apoio as liberalidades de Milão, em particular os jogos e as gratificações feitas por ele. Esses fatos esclarecem o argumento utilizado por Cícero em (§95) de que Milão teria feito o melhor para controlar a plebe e a multidão de baixa condição, não apenas com sua virtude mas também às expensas de seu patrimônio. É significativo que Milão disputou não apenas o controle das ruas com Clódio, mas também a fonte de seu apoio na população urbana.

4 REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO DE CÍCERO

Neste capítulo é apresentada uma reflexão sobre o pensamento de Cícero a partir do estudo de sua correspondência e discursos. Inicialmente trataremos da relação entre os termos *bonilimprobi* com os conceitos de *optimates/populares* de Cícero, evidenciando que para ele Clódio é um *improbis* que não se encaixa dentro destes conceitos. A seguir, destacaremos uma mudança gradual no pensamento de Cícero, entre 63 e 56, passando da defesa da concórdia entre as ordens para a justificativa da violência como forma de proteção do Estado. E por fim, a partir da descrição da representação da Cúria que Cícero nos oferece no *Pro Milone*, evidenciaremos o papel oligárquico exercido pelo Senado na condução do Estado.

4.1 A relação entre os *bonilimprobi*

No pensamento político de Cícero identificamos duas distinções importantes nas quais estariam divididos os cidadãos romanos: *boni/improbi* e *populares/optimates*. A partir dos discursos de Cícero podemos relacionar estes termos de forma a compreender como se articulam a favor ou contra o Estado.

O termo *boni* é um dos mais empregados por Cícero para designar o grupo dirigente de maneira geral. Sob a forma de *boni* o orador refere-se aos homens de certa categoria e condição social, cuja amizade e união não derivam de uma necessidade, mas sim da virtude. Hellegouarc'h (1972, p. 48) destaca que estes *boni* estariam preocupados em dirigir a *res publica* de maneira satisfatória para todos, e aponta que este termo encontra-se associado aos

adjetivos *integer*, *innocens*, *probatus*. Ainda segundo o autor, o termo *improbi*, no domínio político, corresponde ao contrário de *boni* e significa desonesto, de má qualidade, enganador (HELLEGOUARC'H 1972, p.528-530). Para Cícero, o termo *improbi* não se refere a uma categoria social, mas moral. Homens de diversos níveis na escala social poderiam unir-se como um grupo de *improbi*, uma vez que tenham como objetivo comum fazer valer suas próprias ambições independentemente do conjunto maior de cidadãos. No *Pro Milone*, Cícero afirma que todos os cidadãos são favoráveis a Milão, com exceção de uma minoria que o orador diretamente relaciona com Clódio: “existe somente um gênero de pessoas que nos é contrária e hostil, aquela que a loucura de Clódio alimentou com pilhagens, incêndios e todo tipo de calamidades públicas” (CIC. *Mil.*, 3).

Balsdon (1960, p. 49) comenta a respeito da analogia que Cícero faz dos *boni* como sendo os timoneiros do navio-Estado, responsáveis por conduzir a embarcação, ora por águas calmas, ora por tumultuadas, mas sempre evitando os atrasos e, frequentemente, os perigos do mar representados pelos *improbi*. As ameaças que este grupo representa ao Estado são constantes e diversas, mas dependem de um interesse comum e de uma liderança para mantê-los coesos. Ainda segundo o autor, os *improbi* seriam constituídos de pequenos grupos, muitas vezes independentes, ao contrário dos *boni*, sempre constituídos pelos responsáveis na condução dos negócios públicos. No *Pro Milone*, Cícero afirma que Milão sempre havia se manifestado a favor das pessoas de bem e contra os desonestos (*pro bonis, contra improbos* §5).

Por outro lado, do final do século XIX à primeira metade do século XX, o estudo da relação entre *optimates* e *populares* foi representada pela historiografia moderna como uma disputa entre partidos políticos no sentido contemporâneo. Identificamos alguns autores que se propuseram a reavaliar o tema, dentre eles Taylor, Sherwin-White e Seager.

Para Taylor (1949, p.8), os homens designados nas fontes antigas como *optimates* e *populares* eram geralmente tanto membros da nobreza e das famílias senatoriais como também homens que chegaram ao Senado por conta própria, através das eleições para magistraturas. De uma maneira geral, continua a autora, o grupo que controlava o Senado se auto-intitulava “os melhores”, daí *optimates*, e chamava seus opositores de *populares*, a palavra sendo utilizada no sentido de demagogia. Todavia, Taylor ressalta que os agrupamentos políticos são descritos nas fontes como *factio* e *pars*, ou mais frequentemente *partes*, palavras das quais derivam facção e partido, mas que não correspondem ao sentido moderno das mesmas palavras. Isso pode ser evidenciado no seguinte trecho: “a morte de Tibério Graco, e já antes desta, todo o desenrolar do seu tribunado, dividiram o povo, até então unido, ‘*in duas partes*’” (CIC. *Rep.*, I,19,31).

Sherwin-White (1956, p.1) reforça essa idéia ao afirmar que a disputa entre *optimates* e *populares* tendeu a ser assimilada pelos historiadores como outras formas de conflito em países parlamentares: partidos e programas políticos, democratas e conservadores, foram inseridos no estudo da política romana. Ainda segundo o autor, uma idéia geralmente aceita pelos historiadores era de que essa disputa entre *optimates* e *populares* teria se desenvolvido no Senado e nas assembléias respectivamente. Nessa visão, o grupo de nobres *optimates* tinha o controle do Senado e evitava que outros nobres obtivessem apoio para suas medidas. Os homens derrotados voltavam-se para a assembléia popular com a ajuda dos tribunos da plebe e, com ou sem a autoridade senatorial prescrita pelos costumes, submetiam ao povo leis que satisfizessem seus desejos. Este raciocínio deriva em parte da afirmação de Salústio de que:

aqueles que assediavam o governo usavam diversos pretextos, alguns afirmando que estavam defendendo os direitos do povo, outros que estavam mantendo o prestígio do Senado; mas debaixo do pretexto do bem público cada lado estava na realidade trabalhando para sua própria vantagem (Catilina 38).

Já na década de 1970, Seager (1972, p.328) considera um lugar comum para os historiadores da República romana que *optimates* e *populares* não são partidos políticos no moderno sentido. Ainda assim, o autor afirma que o “fantasma de um partido popular” pairava em todas as ocasiões em que o termo *populares* era traduzido por “populares”. Para o autor, estivessem os *populares* opostos ao Senado, aos *optimates* ou aos *boni*, aqueles nunca aparecem nas fontes como um grupo coeso e permanente, bem diferente dos *optimates*. Ainda segundo o autor, é melhor não se referir aos *populares* em contexto algum que possa denotar um “partido popular” ou mesmo um grupo político (SEAGER, 1972, p.338).

No *Pro Sestio* encontramos a melhor descrição e caracterização de quem seriam os *populares/optimates* para Cícero. Nesse discurso, o orador afirma que sempre houve em Roma dois grupos de homens que aspiravam ocupar-se da política e nela atuar de maneira distinguida: destes, uns pretendiam ser e se consideravam *populares* e os outros *optimates*. A principal diferença entre estes dois grupos é que os *populares* pretendiam que suas ações e palavras fossem agradáveis a multidão e os *optimates*, por outro lado, seriam aqueles que se conduziam de tal forma que suas decisões recebiam a aprovação dos melhores cidadãos (CIC. *Ses.*, 96).

Cícero também caracteriza quem seriam estes melhores cidadãos que aprovam a conduta dos *optimates*: com relação ao seu número, são infinitos, mas também são os primeiros na hora de adotar as decisões públicas, sendo representados pelos homens das ordens superiores e pelos que têm acesso à Cúria. Mas também são os romanos que residem nos municípios e no campo e até os que se dedicam ao comércio, inclusive libertos (CIC *Ses.*, 97).

Em seguida, Cícero apresenta um outro elemento para caracterizar os *optimates*: são *optimates* todos os que não são criminosos, nem malvados por natureza, desenfreados ou não estão em dificuldade doméstica. São homens íntegros, sãos, possuidores de uma boa situação

privada e que, no governo da República colocam-se a serviço dos desejos, interesses e opiniões de homens como eles próprios. Este é o conjunto dos *optimates*, tanto os líderes como os que os apóiam (CIC Ses., 97).

A única característica positiva atribuída no *Pro Sestio* aos *populares* seria a maneira distinguida como eles se dedicam a política, direcionando suas palavras e ações de forma que sejam agradáveis a multidão. Para Seager (1972, p.331) Cícero toma a precaução de deixar que os *populares* sejam contrastados com *optimates* sem ter de descrevê-los. O mesmo procedimento é utilizado para caracterizar os objetivos de cada grupo: segundo Cícero, o principal propósito e objetivo do governo dos *optimates* seria o que é descrito por *cum dignitate otium*¹¹ (CIC. Ses., 98).

Para o orador, os aspectos que os *optimates* devem proteger e defender, inclusive com o risco de suas vidas, são os seguintes: a religião, os auspícios, os poderes dos magistrados, a autoridade do Senado, as leis, os costumes dos antepassados, os tribunais, a justiça, a fidelidade com a palavra dada, as províncias, os aliados, o prestígio do império e do exército, e o tesouro público (CIC. Ses., 98). Cícero não se pronuncia quanto qual seria o objetivo do governo dos *populares*, mas na melhor das hipóteses, podemos conjecturar que os *populares* não tinham como prioridade os fundamentos descritos acima, não sendo necessariamente opostos a tais princípios.

As diversas utilizações do conceito *populares*, na vasta obra de Cícero, despertou diferentes interpretações por parte dos historiadores, mas de uma maneira geral, Hellegouarc'h (1972, p.535) aponta que seu emprego não é necessariamente pejorativo. Como exemplo, Rawson (1971, p.26) observa que no discurso contra a lei agrária de Rulo¹² em 63, Cícero utiliza vários métodos para identificar-se com o povo e mostrar que está atuando em

¹¹ O significado de *cum dignitate otium* será analisado na terceira seção deste capítulo.

¹² No segundo dia de janeiro de 63, Cícero, na qualidade de cônsul, apareceu no forum e se dirigiu ao povo reunido numa *contio*. Nessa ocasião, ele manifestou-se contra a proposta agrária de Rulo e o discurso que chegou até nós é conhecido como *De lege agraria II*. Todavia, tudo o que podemos aferir sobre a proposta de Rulo está intimamente vinculada à oratória ciceroniana.

seu interesse. Segundo o autor, Cícero recorda aos ouvintes que ele era um “homem novo”, sem uma poderosa rede de parentes ou amigos para apoiá-lo. O orador alega ainda ser uma das poucas pessoas atentas o suficiente para perceber que a proposta de Rulo, além de não ser do interesse do povo, prejudicaria Pompeu. Cícero apresenta Pompeu no discurso como sendo o campeão e protetor do povo romano (CIC. *leg.*, II 23, 25, 62, 99 *apud* RAWSON, 1971) e coloca-se também como um dos defensores dos interesses do povo ao defender os interesses de Pompeu.

É importante ressaltar que nos discursos pós-exílio, Cícero tenta demonstrar que Clódio atua em interesse próprio e contra os interesses do povo e dessa forma não o considera como um político *popularis*. Os *populares*, para Cícero, atuam de maneira distinta e por isso o orador afirma no *Pro Sestio* que “falsos *populares*” tem de ser diferenciados de homens como os Gracos. Cícero argumenta ainda, que o apoio popular aos Gracos seria genuíno, mas um homem como Clódio não teria esperanças em conseguir apoio popular a não ser que usasse o suborno (CIC. *Ses.*, 47-48). Clódio é ainda declarado, no discurso, como o inimigo do governo pacífico (*oti et pacis hostis* CIC. *Ses.*, 98).

Ao destacar esses conceitos ressaltamos que para a *res publica* de Cícero funcionar, era preciso existir um conjunto forte de cidadãos, que estivessem dispostos a defender interesses comuns, contra as pessoas que desejavam lutar por seus próprios interesses. Corroboramos com Mazzarino (1991, p.25), ao afirmar que na *República* de Cícero, o conceito de decadência de Roma assume um duplo aspecto: é a decadência dos costumes e a falta de homens realmente grandes.

4.2 Da concórdia entre as ordens à ligação política com Milão

Cícero afirma ter dedicado seu consulado a uma política que reuniu todas as ordens diante de um interesse comum, a manutenção do Estado. A base da concórdia republicana de Cícero estaria não apenas no relacionamento harmonioso entre os senadores, mas também nas associações políticas cultivadas fora do Senado, em particular com o importante grupo formado pelos cavaleiros (TAYLOR, 1949, p.37). A partir de 61, Cícero percebe a gradual desintegração de sua política e testemunha mudanças significativas no alinhamento político da década de 50.

A morte de Clódio foi tratada por Cícero, em carta a Ático, como o início de uma nova era: de uma só vez ele perdeu seu principal adversário político e a República livrou-se de um *hostis e pestis* (CIC. Att., V, 13). Nos discursos pós exílio, Cícero apresenta Clódio como herdeiro de Catilina e o responsável pela discórdia entre as ordens. Todavia, em sua correspondência entre 61 e 59, o quadro é bem diferente.

No final de 61, Cícero escreve a Ático (CIC. Att., I, 17) dizendo que “a situação política aqui está péssima, podre e instável”, ressaltando ainda que os cavaleiros praticamente romperam com o Senado. O primeiro ponto que os irritou, continua Cícero, foi um decreto senatorial para uma investigação em qualquer caso de suborno de jurados, reflexo do julgamento de Clódio no escândalo da *Bona Dea*. Contudo, Cícero aponta que o motivo principal do desentendimento entre as duas ordens estaria na intransigência dos senadores em revisar os contratos entre o Senado e os *publicani*, referentes à província da Ásia. Sobre essa reivindicação Cícero diz:

Eu fui seu principal apoio, ou talvez o segundo já que Crasso foi quem os encorajou a fazer a demanda. Era um assunto escandaloso, um pedido

vergonhoso e uma confissão de impudência. Havia um grande perigo de que, se encontrassem recusa, eles provavelmente cortariam a ligação com o Senado inteiro. Nesse caso também, eu fui a principal pessoa a defendê-los [...] a questão ainda não está resolvida, mas a inclinação do Senado é clara. (CIC. *Att.*, I, 17).

Em outra carta (CIC. *Att.*, I 18), Cícero considera que “a corrupção do júri por suborno e devassidão foi como um golpe esmagador para a República”. Afirma ainda, que apesar da aprovação do decreto senatorial sobre o suborno dos jurados, lei alguma foi apresentada pelos cônsules, ficando o assunto paralisado. Na visão de Cícero, “isto destruiu o prestígio do Senado e quebrou a concórdia entre as ordens” (CIC. *Att.*, I 18).

Nos meses seguintes, Cícero defende propostas almejando manter a harmonia do Estado. Uma delas foi a lei agrária apresentada pelo tribuno Flávio, com o apoio de Pompeu, no início de 60. Cícero relata a Ático que sua tentativa de remover da proposta alguns pontos que se chocavam com o direito privado foi recebida favoravelmente pelo tribuno. Contudo, o Senado se opunha ao esquema agrário, “suspeitando que Pompeu estivesse desejoso de novos poderes” (CIC. *Att.*, I, 19). Em outra carta, Cícero comenta que:

o interesse pela lei agrária parece ter esfriado [...] você me dá um gentil incentivo para aumentar minha familiaridade com Pompeu. Por favor, não imagine que eu me aliei a ele apenas para salvar minha pele: o estado das coisas é tal que, se nós tivermos mais algum desentendimento, haverá uma grande discórdia no Senado. Contra isso eu tomei precauções e providências sem retirar minha própria política, e o fiz mais leal e menos propenso aos ventos *populares* [...] Se eu conseguir fazer o mesmo com César, não estaria prestando um serviço a República? (CIC. *Att.*, II, 1).

Apesar de sua tentativa em mediar a situação, Cícero afirma que o resultado da política intransigente do Senado, liderada por Catão, foi “uma guerra dos cavaleiros com o Senado, mas não comigo. Eu fui contra isso. A conduta dos *publicani* foi vergonhosa, mas nós deveríamos ter ignorado isso para manter a boa vontade deles” (CIC. *Att.*, II, 1).

Os historiadores têm dedicado vários esforços em analisar os eventos e circunstâncias responsáveis pelo alinhamento político do final de década de 60. Esse acordo, denominado triunvirato ou coalizão, teve efeitos imediatos em 59 e as inter-relações entre Pompeu, Crasso, César, Cícero, os elementos conservadores do Senado e várias figuras como Clódio, continuam a ser debatidas (MITCHELL, 1969; GRIMAL, 1988; ROSTOVTZEFF, 1983; GRANT 1987; LINTOTT, 1999). Todavia, como Cícero é o foco de nossa pesquisa, destacamos que em 59, referindo-se ao triunvirato, ele escreve outra carta a Ático dizendo:

sob minha palavra, a roda do Estado virou com bem menos barulho do que eu esperava: mais rápido do que deveria. Isto é culpa de Catão [...] se o poder do Senado era impopular, você pode imaginar como as coisas estão agora já que o poder foi transferido, não para o povo, mas para três homens sem arreio. Que eles então façam cônsules ou tribunos qualquer um que quiserem! (CIC. *Att.*, II, 9).

Mitchell (1969, p.312) demonstra que antes de Clódio, Cícero expressava confiança na sua força política; ele era o salvador da pátria, e estava confiante que toda a Itália poderia ser chamada em seu apoio. Em seu otimismo, continua o autor, Cícero recusou qualquer forma de proteção que pudesse envolver outro comprometimento na política romana. Stockton (1962, p.487) aponta que Cícero recusou diversas ofertas para tornar-se legado de César em 60-59, e que ele próprio atribuiu a recusa em ouvir as advertências como um dos motivos de seu exílio. O autor afirma ainda que, um dos erros de cálculo de Cícero foi ter confiado muito nos *boni*: eles não o apoiaram em 58 e após 56 suas cartas estão repletas de recriminações a eles. Mitchell (1969, p.313) corrobora essa idéia ao assinalar que Cícero foi deixado só e que, os *boni*, com os quais ele se identificava, deram mostras públicas de sua dor e compaixão, mas fora isso, nada fizeram.

Percebemos uma mudança na postura política de Cícero, influenciada pela sua disputa com Clódio. Acreditamos que após os eventos de 58-57 e outros relacionados com o emprego da força por parte dos partidários de Clódio, houve uma mudança na filosofia política de

Cícero: ele passou a aceitar e defender o uso da violência por parte daqueles que apoiava. A seguinte passagem do *Pro Sestio* está intimamente relacionada com a justificativa do emprego da violência no *Pro Milone*:

Milão tentou recorrer ao direito e afastar a violência. Quis utilizar o primeiro dos meios para que a virtude vencesse a audácia. Serviu-se por necessidade do segundo para que a audácia não triunfasse sobre a virtude. A mesma forma de pensar teve Sestio, ante a necessidade de defender sua vida preparou uma escolta para proteger-se da violência das armas (CIC. Ses., 86).

Lintott (1974, p.63) acredita que Milão, em troca, teria demonstrado seu apoio fornecendo uma guarda para a casa de Cícero, o qual esteve sujeito a novos ataques dos partidários de Clódio em abril de 56. Segundo o autor, dessa relação entre Cícero e Milão surgiu uma conexão política baseada mais do que na simples gratidão mútua. Não seria surpreendente que um homem como Cícero, que possuía um temperamento e educação refinados encorajasse a violência, desde que esta fosse utilizada pelos *boni* contra os *audaces* e os *improbi*. A defesa do Estado contra Clódio seria, na visão de Cícero, um compromisso público para Milão e Sestio. O desenrolar político da segunda metade da década de 50 aproxima Cícero cada vez mais de Milão, como evidenciado na correspondência de 53 a Curião: “eu tenho investido todas minhas aspirações, minhas energias, ansiedades e pensamentos, em resumo, meu coração e alma na eleição de Milão para o consulado” (CIC. *Fam.*, II, 6).

Ao mesmo tempo, após o resultado da conferência de Luca em 56, Cícero acredita cada vez menos no Estado, ao dizer “eu estou atormentado pelo pensamento de que a *res publica* não mais existe e que eu, que nesse momento da minha vida deveria estar no topo de uma distinta carreira senatorial [...] sou mantido vivo pela literatura” (CIC. *Frat.*, III, 5). Em 54, Cícero escreve a Lêntulo Espinter lamentando tanto a situação geral dos assuntos públicos quanto o afastamento de Pompeu dos *boni*:

não é fácil descrevê-los em uma carta. Esses assuntos estão, em verdade, nas mãos de nossos próprios amigos e tão seguramente que é improvável que haverá uma mudança em nossa geração [...] Parece que se perdeu para sempre, por culpa daqueles que afastaram do Senado tanto uma ordem que estava intimamente ligada a ele quanto uma pessoa tão distinguida (CIC. *Fam.*, I, 8).

Por outro lado, a relação entre Cícero e Pompeu é complicada: Cícero tinha uma ligação pessoal com o general, estava agradecido pelo papel desempenhado em sua restauração, mas não se associou politicamente a ele (MITCHELL, 1969, p.313). De qualquer maneira, Lintott (1974, p. 62) afirma que o tumulto subsequente à morte de Clódio levou a um realinhamento político que Cícero tentava obter há dez anos, o qual seria a reconciliação entre os *boni* e Pompeu. A respeito dessa reconciliação, Stockton (1962, p.482) acredita que os *boni* apoiaram-se em Pompeu porque, de 52 em diante, não tinham outra escolha.

4.3 Autoridade do Senado e *dignitas* senatorial

Desde sua juventude Cícero viveu em um período de desintegração política e quanto mais velho ficava, mais estava atrelado a um ideal conservador de governo (SIHLER, 1914, p.6). Nesse contexto, Cícero acredita que os homens públicos deveriam concentrar todos seus esforços em obter *gloria* e *dignitas* (HELLEGOUARC'H, 1972, p.389).

Nas obras de Cícero, tanto discurso quanto correspondência, *gloria* é um tema constante. Sullivan (1941, p.384) acredita que essas utilizações de *gloria* por Cícero são sinceras expressões e não apenas lugares comuns da retórica. A conquista da *gloria*, no ideal ciceroniano, estaria intimamente ligada ao serviço prestado à *res publica*. Essa *gloria*

representaria uma devoção ao Estado, mesmo com sacrifício próprio, mas garantiria um prêmio sem preço, a imortalidade. O autor destaca ainda que Cícero sinceramente acreditava que seus feitos como cônsul salvaram o Estado e, portanto, mereciam a imortalidade.

Por outro lado, *dignitas* é uma noção muito abrangente e o seu emprego é dos mais diversos. No domínio político, ela pode englobar, resumidamente, tanto as funções políticas ocupadas por um indivíduo, como também sua posição na escala social (HELLEGOUARC'H, 1972, p.397-400). Exemplo disso seria que um magistrado poderia não só opor-se a uma decisão dos magistrados que lhe eram inferiores, como também puni-los (NONY, 1993, p.69), e ao mesmo tempo, obter o comando militar era a principal razão para um indivíduo procurar o ápice dos cargos públicos (FINLEY, 1984, p.86). O serviço público visava o olhar público, e os sucessos militares e políticos contribuía para a *dignitas* individual (ATKINS, 2000, p.482).

Nesse sentido, o acesso as magistraturas não era apenas uma carreira: era também geradora de status, ou seja, determinava não só a influência e o poder mas também as prioridades hierárquicas oficiais e o quadro jurídico das condições sociais. Em suma, a *dignitas* modela e organiza em grande parte a vida social. (NICOLET, 1992, p.45). Por outro lado, a *dignitas* de um romano não significa apenas uma satisfação de seu amor próprio: ela toca os fundamentos da vida social em Roma desde suas origens, moldando o modelo da *familia*, na qual o *pater familias* detinha uma autoridade incontestada (NICOLET, 1986, p.12).

De certa forma, a *dignitas* de um cidadão era o seu bom nome, sua reputação e posição social. Para Cícero, o objetivo dos *optimates* no *Pro Sestio* e de todos os homens que se ocupam da política (CIC. *Fam.*, I, 9) deveria ser *cum dignitate otium*. Wirszubski (1954, p.13) acredita que essa expressão, apesar das diferentes interpretações fornecidas pelos historiadores, significaria para Cícero, acima de tudo, um Estado forte e respeitado (*dignitate*), gozando de uma real paz ou tranquilidade (*otium*). Nessa visão, o pilar central de

sustentação do Estado romano estaria representado no papel exercido pelo Senado. Cícero descreve a Cúria no *Pro Milone* como sendo “o santuário da santidade, da grandeza, da sabedoria, das deliberações públicas, o lugar mais importante de Roma; o altar dos aliados, o porto de todos os povos, a morada concedida por todo o povo romano a esta única ordem” (CIC. *Mil.*, 90).

No ideal republicano de Cícero, o poder reside no povo e a autoridade no Senado, resumida na frase: *cum potestas in populo, auctoritas in senatu sit* (CIC. *Leg.* III, 28 *apud* BALDSON, 1960). Alternativamente, em um estado equilibrado, *potestas* ficaria com os magistrados, *libertas* com o povo, mas ainda assim a *auctoritas* seria de propriedade do Senado, *in principium consilio* (CIC. *Rep.* II, 57 *apud* BALDSON, 1960). Esta *auctoritas*, que era a função do Senado no governo, é uma palavra difícil de ser traduzida, mas refletiria a vontade e a intenção da maioria dos senadores (BALDSON, 1960, p.43).

Nesse raciocínio, Rawson (1971, p.26) destaca que a oposição de Cícero à proposta agrária de Rulo em 63 adquire dois aspectos: no discurso no forum, Cícero argumenta que a lei agrária era contra os melhores interesses do próprio povo romano; no discurso feito no Senado, Cícero representa a proposta de Rulo como uma infração aos privilégios tradicionais dos senadores, estando a *dignitas* senatorial ameaçada e por isso o Senado deveria reforçar sua *auctoritas*. Lintott (1999, p.179) observa que Cícero começa e termina o discurso ao povo com um apelo ao seu desejo por *otium*. Esse *otium* popular consistiria, na visão de Cícero, em permanecer na Cidade e exercer seu direito de voto.

Finalmente, ressaltamos que na refutação preliminar (*Mil.*, 7-23), Cícero considera como morte justa aquela dada pelos magistrados a três tribunos da plebe, os dois Gracos e Saturnino. Bell (1997, p.16) afirma que Cícero, mesmo reconhecendo o papel restrito que a população urbana deveria desempenhar na política, preocupava-se em seus discursos em

ressaltar a importância política dela e em justificar sua oposição. A seguinte passagem do *Pro Sestio* ilustra essa idéia:

Tibério Graco propôs uma lei agrária; agradava ao povo pois parecia consolidar a situação das classes baixas. Os *optimates* se manifestaram contra porque perceberam que provocaria discórdia e pensavam que, ao serem os ricos privados de possessões que desfrutavam há tanto tempo, estariam privando a República de seus defensores [...] Caio Graco propôs uma lei frumentária e o tema era agradável à plebe pois assegurava um sustento abundante sem trabalho; os *boni* se opuseram porque viam que se esgotaria o tesouro público e pensavam que se afastaria a plebe do trabalho para levá-la a pobreza (CIC. *Ses.*, 48).

Para Nicolet (1977, p.728) a idéia de Cícero de que a autoridade do Senado deve ser respeitada encontraria paralelo na própria divisão do povo romano: Cícero afirma que nos comícios das centúrias o “verdadeiro povo” está dividido, ordenado, hierarquizado, e os votos são bem avaliados e não apenas contados. Ainda segundo Cícero, a autoridade senatorial e a divisão do povo romano eram os motivos da grandeza de Roma em oposição a Grécia do mesmo período:

Outrora, os Romanos, tão avisados e escrupulosos, negaram toda a soberania à assembléia pública; para os plebiscitos e para as decisões do povo, decidiram que, depois da separação da assembléia, se atribuisse ao povo diferentes lugares de reunião, dividindo-o por tribos e centúrias, segundo a ordem, a classe e a idade; que os autores da proposta fossem ouvidos, que durante alguns dias a própria proposta estivesse afixada e fosse levada ao conhecimento do público e que só então se adotasse ou recusasse o projeto. Pelo contrário, os Estados gregos são governados unicamente pela vontade irrefletida de uma assembléia [...] a Grécia antiga, que brilhou com um tão vivo esplendor pelo seu poder, pela extensão do seu domínio e pela sua glória, ficou a dever a sua decadência a um único vício: a liberdade ilimitada e a licenciosidade das suas assembléias. Homens incompetentes em tudo, rudes e ignorantes reuniam-se no teatro, decidiam guerras inúteis, conferiam o governo a sediciosos, baniam os cidadãos que melhor tinham servido a pátria (CIC. *Flac.*, 15 *apud* NICOLET, 1992, p.34).

Dessa forma, fica clara a concepção ciceroniana de que o Senado, constituído pelos melhores cidadãos, era o fator diferencial do Estado romano. Esse pensamento, anteriormente

apresentado por Políbio, posicionava o Senado como guardião e guia da *res publica*, e os magistrados subordinados à autoridade senatorial. Por sua vez, as assembléias populares deveriam votar a legislação proposta pelos magistrados, assim como elegê-los.

De uma maneira geral, essa oligarquia da qual Cícero era integrante, representava seus ideais como hereditários, normalmente apelando para uma mistura de moral e precedentes constitucionais, descritos como o *mos maiorum*. Nesse sentido, Cícero enfatizava que para se constituir um Estado harmonioso era necessário existir uma cooperação entre os membros das ordens superiores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os romanos são perfeitamente afirmativos quanto à época em que surgiu a violência política: todas as fontes concordam em situá-la na segunda metade do século II. Contudo, sabemos que a história da República antes dos irmãos Graco não é conhecida como uma idade edílica de não-violência. A tradição em Roma tolerava a violência como forma de resolver conflitos privados e políticos. Mas é verdade que, a partir dos anos 100, o processo se aprofundou. Limitou-se, todavia, à violência política (LINTOTT, 1999, p.4). Sem mencionarmos as guerras externas, a brutalidade instalou-se no seio da própria República. Durante os primeiros anos do século I, Mário e Sila inauguraram o sistema de listas de proscrição. A violência passou a ser endêmica, mesmo na ausência de um conflito externo (ROULAND, 1997, p.314). As estradas tornaram-se inseguras a ponto de Ascônio afirmar que na época de Cícero era costume viajar com a proteção de uma escolta armada.

Neste trabalho evidenciamos as diferentes construções retóricas presentes na estrutura de argumentação de Cícero no *Pro Milone*. A imagem de Clódio é retratada como um elemento desestabilizador do Estado, violento e insidiador, a partir da qual Cícero clama a absolvição de seu cliente. Mais ainda, o orador apresenta suas concepções políticas ao caracterizar Milão e legitimar sua ação como em benefício do Estado.

Contudo, ao mesmo tempo em que defende o uso da violência por Milão, Cícero também escreve frases sublimes contra a violência: “que a violência seja proscrita. Nada é mais [...] contrário ao direito e às leis, menos civil e mais desumano do que o comportamento daquele que se entrega a violência numa sociedade constituída” (CIC. *leg.* III, 42). Cícero não hesitou em apoiar a violência, notadamente contra Clódio e Catilina. O orador justificou o uso da violência pelos seus aliados, no *Pro Sestio*, afirmando que se a virtude não era suficiente para

vencer a audácia, cabia a violência reprimi-la. O próprio Cícero em 57, escoltado pelo grupo de Milão, foi ao Capitólio e destruiu as placas de bronze em que estavam inscritas as leis que Clódio fizera votar.

De uma geral, a atuação pública de Cícero, unindo a reflexão filosófica à sua ação política, sobretudo em defesa dos princípios da *res publica*, exerceu grande influência no período final da República romana, tornando-se igualmente famoso para as gerações e épocas posteriores. Cícero deveu sua ascensão quase que exclusivamente a uma única qualidade: foi um dos mais persuasivos oradores. Seus discursos refletem todas as tensões da oscilante República e neles Cícero se coloca como um grande homem de estado. Todavia, ao ler sua correspondência encontramos um homem comum, cheio de dúvidas, preocupado tanto com os assuntos públicos como com a decoração de sua casa.

Um discurso, conforme a tradição escrito por Salústio, acusa Cícero de muitas falhas, pelas quais o condenaram também críticos modernos: “Homem de grandíssima inconstância, capaz de suplicar aos inimigos e ofender os amigos, disposto a seguir ora um ora outro partido, fiel a ninguém, senador cheio de ligeireza, advogado mercenário”. A crítica recente é mais cauta e precisa: vê seja quanto injusto e talvez perverso matar a fama e a reputação de um homem, atribuindo-lhe como culpa as inconstâncias, das quais às vezes foi vítima, e a vida do seu tempo, à qual não podia subtrair-se; e, julgando mais humanamente, reconhece-lhe bondade de caráter, retidão de intenções e, além do mérito literário, o mérito de ter sido sempre honesto numa sociedade em que o único sonho era o de enriquecer com qualquer meio (LEONI, 2006, p.26).

Finalmente, duas obras de Cícero, dos anos 54/51, o tratado sobre as leis e um outro sobre a República, informam sobre a busca de uma solução para a concórdia do Estado. O entendimento cívico que devolverá a cada um o que lhe é devido, acredita Cícero, deve fundamentar-se na justiça que equilibra direitos, deveres e funções. O poder dos magistrados

seria contrabalanceado pela autoridade do Senado, e o povo teria a liberdade de escolher os seus magistrados. À cabeça destes estaria o “moderador”, magistrado pelos seus poderes, mas também investido de uma autoridade moral reconhecida pelo Senado, e que seria uma espécie de tutor vigilante da Cidade, como Cipião Emiliano, um século antes (NONY, 1993, p.147).

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Fontes

ASCÔNIO. *Orationum Ciceronis quinque enarratio*. Londres: Oxford University Press, 1950.

CÍCERO. *Discursos*. Madrid: Gredos, 1994.

_____. *Pro Milone*. London: Havard University Press, 1992.

_____. *Pour T. Annius Milon*. trad. A. Boulanger. Paris: Belles Lettres, 2002.

_____. *Lettres to Atticus*. D. R. Shacleton Bailey (ed.). 7 vols. Cambridge: CUP, 1965-70.

_____. *Epistulae ad Familiares*. 2 vols. Cambridge: CUP, 1977.

_____. *Epistulae ad Quintum Fratrem et M. Brutum*. D. R. Shacleton Bailey (ed.). Cambridge: CUP, 1980.

_____. *De l'orateur*. Paris: Les Belles Lettres, 1966.

_____. *Brutus*. Paris: Les Belles Lettres, 1966.

_____. *Da República*. São Paulo: Atena, 1956.

_____. *Sur la loi agraire*. Paris: Les Belles Lettres, 1960.

DÍON CÁSSIO. *Dio's Roman History* (LOEB). Oxford: New York, OUP, 1998.

PLUTARCO. *The life of Cicero*. Warminster: Aris & Phillips, 1988.

QUINTILIEN. *Institution Oratoire*. Tome III, livres IV et V. trad. Jean Cousin. Paris: Belles Lettres, 1976.

SALLUSTE. *Catilina. Jugurtha. Fragments des histoires*. trad. Alfred Ernout. Paris: Belles Lettres, 1947.

b) Obras sobre Cícero

ATKINS, E. M. “Cícero”, in: *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought*. Ed. by C. Rowe, M. Schofield, S. Harrison, M. Lane. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, 477-516.

BOISSIER, G. *Cícero e seus amigos*. São Paulo: Ed. Renascença, 1946.

CARCOPINO. *Les secrets de la correspondance de Cicéron*. Paris: L'Artisan du livre, 1947.

CIACERI E. *Cicerone e i suoi tempi*. Genova: Societa Aninima Editrice DanteAlighieri, 1941.

COWELL, F R. *Cícero e a republica romana*. Lisboa: Ulisseia, 1967.

GRIMAL, P. *Mémoires de T. Pomponius Atticus*. Paris: Belles lettres, 1976.

_____. *Études de chronologie cicéronienne : (années 58 et 57 av. J.-C.)*. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

_____. *Cicéron*. Paris: Fayard, 1986.

LAURAND, L. *Études sur le style des discours de Cicéron*. Paris: Belles Lettres, 1936.

LEBRETON, J. *Études sur la langue et la grammaire de Cicéron*. New York, Georg Olms, 1979.

MAFFEI, M. *Cícero e o seu drama político*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

NARDUCCI, E. *Cicerone*. Roma: Laterza, 1996.

NICOLET, C. *Cicéron*. Paris : Éditions du Seuil, 1960.

RAMBAUD, M. *Cicéron et l'histoire romaine*. Paris: Les Belles Lettres, 1953.

RIBEIRO, Daniel Valle. *Cícero e a solução política para a guerra civil*. Tese de livre docência, UFMG, 1962.

STOCKTON, D. *Cicerone*. Milano: Nuovo Istituto Italiano, 2001.

TYRRELL, R. Y. *Cicero in his letters*. London: Macmillan, 1940.

c) Obras gerais

BLOCH, G. *La République romaine de 133 avant J.-C. à la mort de César*. Paris: Presses universitaires de France, 1937-1940.

BRUNT, P. A. *La plebe romana*. In FINLEY, M. I. (Ed.) Estudios sobre Historia Antigua. Madrid : Akal Editor, 1981.

CANFORA, L. *Studi di storia della storiografia romana*. Bari: Edipuglia, 1993.

CARCOPINO, J. *Histoire romaine - la republique romaine de 133 a 44 avant j.-C. – Cesar*. Paris: PUF, 1950 4ed.

_____. *Contactos entre la historia y la literatura romanas*. Madrid: Espasa-Calpe, 1965.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A Literatura Latina*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CIZEK, E. *Mentalités et institutions politiques romaines*. Paris: Fayard, 1990.

CLEMENTE, G. *Guida alla storia romana*. Milano: Mondadori, 1977.

CORIA, Bulmaro reyes. *Límites de la retórica clásica*. Mexico: Universidad Autónoma de México, 1995.

CRAWFORD, M. (ed.). *Fuentes para el estudio de la historia antigua*. Madrid, Taurus Ediciones, 1986.

FERRAZ, M. *Do tribunado da plebe*. São Paulo: Edusp, 1989.

FINLEY, M. I. *Politics in the ancient world*. New York: Cambridge University Press, 1984.

FOWLER, W. *Social life at Rome in the age of Cicero*. London: New York: Macmillan: St. Martin's Press, 1964.

- GRANT, Michael. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- HELLEGOUARC'H, J. *Le vocabulaire latin des relations et des partis politiques sous la république*. 2eme ed. Paris: Les Belles Lettres, 1972.
- HOMO, L. *Les institutions politiques romaines; de la cité à l'état*. Paris: Éditions Albin Michel, 1950.
- LINTOTT, A. W. *Violence in Republican Rome*. Oxford, 1999.
- LÖFSTEDT, Einar. *Roman literary portraits*. Oxford: Oxford University Press, 1958.
- MAZZARINO, Santo. *O fim do mundo antigo*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- NICOLET, C. *Les idées politiques à Rome sous la République*. Paris: A. Colin, 1964.
- _____. *Le Métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris: Gallimard, 1976.
- _____. *O Cidadão e o Político*. In GIARDINA (Dir.) O Homem Romano. Lisboa : Presença, 1992.
- NONY, Daniel. *Roma e o seu Império*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- PERNOT, Laurent. *La Rhétorique dans l'Antiquité*. Paris: Librairie Générale Française, 2000.
- ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- ROULAND, N. *Roma, democracia impossível?* Brasília: UNB, 1997.
- SABBEN-CLARE, J. *Caesar and roman politics 60-50 B.C.* London: Oxford University Press, 1971.
- SCHOTTER, D. *The fall of the roman republic*. London: Routledge, 1994.
- SMITH, R. E. *The failure of the Roman Republic*. Cambridge: University Press, 1955.
- SYME, R. *The Roman revolution*. 2nd ed. Oxford: OUP, 1960.
- TAYLOR, L. R. *Party politics in the age of Caesar*. Berkeley: University of Calif. Press, 1949.

The Cambridge Ancient History. Ed. By S. A. Cook, F. E. Adcock, M. P. Charlesworth. Cambridge: Cambridge University Press, v. IX: "The last age of the Roman republic. 146-43 B.C.", 1994.

The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought. Ed. by C. Rowe, M. Schofield, S. Harrison, M. Lane. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

d) Artigos de periódicos

ABBOTT, F. The Chronology of Cicero's Correspondence during the Year 59 B. C. *AJPh* 19 n.4, 1898, 389-405.

_____. The Theatre as a Factor in Roman Politics under the Republic. *TAPhA* 38, 1907, 49-56.

ALLEN JR, Walter. Cicero's Conceit. *TAPhA* 85, 1954, 121-144.

_____. The "Vettius Affair" Once More. *TAPhA* 81, 1950, 153-163.

ASTIN, A. Cicero and the Censorship. *CP* 80, n.3, 1985, 233-239.

AXTELL, Harold L. Men's Names in the Writings of Cicero. *CP* 10, n.4, 1915, 386-404.

BAILEY, D. R. Two Tribunes, 57 B. C. *CR* 12, n.3, 1962, 195-197.

BALSDON, J. Roman History, 58-56 B.C.: Three Ciceronian Problems. *JRS* 47, n.1/2, 1957, 15-20.

_____. Auctoritas, Dignitas, Otium. *CQ* 10, n.1, 1960, 43-50.

BELL, A. J. E. Cicero and the spectacle of power. *JRS* 87, 1997, 1-22.

BRUNT, P. A. The army and the land in the roman revolution. *JRS* 52, Parts 1 and 2. 1962, 69-86.

- CADOUX, T. Marcus Crassus: A Revaluation. *G&R* 3, n.2, 1956, 153-161.
- CANTER, H. Digressio in the Orations of Cicero. *AJPh* 52, n.4, 1931, 351-361.
- _____. Irony in the Orations of Cicero. *AJPh* 57, n.4, 1936, 457-464.
- CERUTTI, S. M. The location of the houses of Cicero and Clodius. *AJPh* 118, n.3, 1997, 417-426.
- CLARKE, M. L. Ciceronian Oratory. *G&R* 14, n.41/42, 1945, 72-81.
- COLLINS, H. P. Decline and Fall of Pompey the Great. *G&R* 22, n.66, 1953, 98-106.
- CRAIG, Christopher, P. The structural pedigree of Cicero speeches Pro Archia, Pro Milone and Pro Quinctio. *CP* 80, n.2, 1985, 136-137.
- DAVIES, J. C. A slip by Cicero? *CQ* 19, n.2, 1969, 345-346.
- DEWITT, N. Litigation in the Forum in Cicero's Time. *CP* 21, n.3, 1926, 218-224.
- DUNKLE, J. Roger. The Greek Tyrant and Roman Political Invective of the Late Republic. *TAPhA* 98, 1967, 151-171.
- DYCK, A. R. Dressing to kill: Attire as characterization in Cicero's speeches. *Arethusa* 34, 2001, 119-130.
- _____. Narrative obfuscation, philosophical topoi and tragic patterning in Cicero's Pro Milone. *HSPH* 98, 1998, 219-241.
- EPSTEIN, D. F. Cicero's testimony at the Bona Dea Trial. *CP* 81, n.3, 1986, 229-235.
- FRANK, T. Two Suggestions on the Text of Cicero. *AJPh* 58, n.4, 1937, 459-461.
- FRIER, B. W. Urban praetors and rural violence. *TAPhA* 113, 1983, 221-241.
- GRUEN, E. Cicero and Licinius Calvus. *HSPH* 71, 1967, 215-233.
- HALES, S. At Home with Cicero. *G&R* 47, n.1, 2000, 44-55.
- HAYNE, L. Who Went to Luca? *CP* 69, n.3, 1974, 217-220.
- KENNEDY, G. The Rhetoric of Advocacy in Greece and Rome. *AJPh* 89, n.4, 1968, 419-436.

- LAURENCE, R. Rumour and communication in roman politics. *G&R* 41, n.1, 1994, 62-74.
- LINDERSKI, J. The Aedileship of Favonius, Curio the Younger and Cicero's Election to the Augurate. *HSPH* 76, 1972, 181-200.
- LINTOTT, A. W. Electoral bribery in roman republic. *JRS* 80, 1990, 1-16.
- _____. Cicero and Milo. *JRS* 64, 1974, 62-78.
- _____. P. Clodius Pulcher – Felix Catilina? *G&R* 14, n.2, 1967, 157-169.
- MACDONALD, C. Lex Fufia of 59 B.C. *CR* 7, n.3/4, 1957, 198.
- MACLAREN, M. Wordplays Involving Bovillae in Cicero's Letters. *AJPh* 87, n.2, 1966, 192-202.
- MARSH, F. B. The Policy of Clodius from 58 to 56 B.C. *CQ* 21, n.1, 1927, 30-36.
- MILLAR, Fergus. Politics, Persuasion and the people before Social War (150-90). *JRS* 76, 1986, 1-11.
- MITCHELL, T. Cicero before Luca (September 57 - April 56 B.C.). *TAPhA* 100, 1969, 295-320.
- MOHLER, S. Cicero's Legacies. *TAPhA* 63, 1932, 73-87.
- MOLYNEUX, J. H. Clodius in Hiding? *CQ* 11, n.2, 1961, 250-251.
- MULROY, D. The early career of P. Clodius Pulcher. *TAPhA* 118, 1988, 155-178.
- NARDUCCI, Emanuele. Perceptions of Exile in Cicero. *AJPh* 118, n.1, 1997, 55-73.
- NICOLET, C. *Les classes dirigeantes romaines sous la République : ordre sénatorial et ordre équestre*. Annales ESC, 1977, n.4, 726-755.
- NIPPEL, W. Policing Rome. *JRS* 74, 1984, 20-29.
- NORTH, J. Politics and aristocracy in roman republic. *CP* 85, n.4, 1990, 277-287.
- _____. Democratic politics in republican Rome. *P&P* 126, 1990, 3-21.
- PELLING, C. B. R. Plutarch's Adaptation of His Source-Material. *JHE* 100, 1980, 127-140.
- POCOCK, L. G. Publius Clodius and the Acts of Caesar. *CQ* 18, n.2, 1924, 59-65.

- _____. A Note on the Policy of Clodius. *CQ* 19, n.3/4, 1925, 182-184.
- RAWSON, Beryl. De Lege Agraria 2. 49. *CP* 66, n.1, 1971, 26-29.
- RIBEIRO, Daniel Valle. Cícero, o Senado e o fim da república romana. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, No. 45. (Jul., 1977), pp. 125-143.
- RIGGSBY, A. M. Appropriation and Reversal as a Basis for Oratorical Proof. *CP* 90, n.3, 1995, 245-256.
- RUEBEL, J. S. The trial of Milo in 52 B. *TAPhA* 109, 1979, 231-249.
- SEAGER, R. Cicero and the Word Popularis. *CQ* 22, n.2, 1972, 328-338.
- SETTLE, J. N. The trial of Milo and the other Pro Milone. *TAPhA* 94, 1963, 268-280.
- SAUNDERS, C. The Palinwidia of Cicero. *CP* 14, n.3, 1919, 201-215.
- SHERWIN-WHITE, A. N. Violence in roman politics. *JRS* 46, 1956, 1-9.
- SIHLER, E. G. Cicero, an Appreciation. *AJPh* 35, n.1, 1914, 1-11.
- STOCKTON, David. Cicero and the ager campanus. *TAPhA* 93, 1962, 471-489.
- STONE, A. M. A house of notoriety. *CQ* 48, n.2, 1998, 487-491.
- SULLIVAN, Francis A. Cicero and Gloria. *TAPhA* 72, 1941, 382-391.
- SUMNER, G. V. Lex Aelia, Lex Fufia. *AJPh* 84, n.4, 1963, 337-358.
- TATUM, W. J. Cicero and the Bona Dea scandal. *CP* 85, n.3, 1990c, 202-208.
- _____. Cicero's opposition to the Lex Clodia de Collegiis. *CQ* 40, n.1, 1990a, 187-194.
- _____. Lex Clodia de censoria notione. *CP* 85, n.1, 1990b, 34-43.
- USHER, S. Occultatio in Cicero's Speeches. *AJPh* 86, n.2, 1965, 175-192.
- YAKOBSON, A. Petitio et Largitio: Popular Participation in the Centuriate Assembly of the Late Republic. *JRS* 82, 1992, 32-52.
- WALCOT, P. Cicero on Private Property: Theory and Practice. *G&R* 22, n.2, 1975, 120-128.
- WELCH, Kathryn E. Antony, Fulvia, and the Ghost of Clodius in 47 B. C. *G&R* 42, n.2, 1995, 182-201.

- WHEELER, M. Cicero's Political Ideal. *G&R*. 21, n.62, 1952, 49-56.
- WILLIAMSON, C. The roman aristocracy and positive law. *CP* 85, n.4, 1990, 266-276.
- WIRSZUBSKI, C. Cicero's CVM Dignitate Otivm: A Reconsideration. *JRS* 44, 1954, 1-13.
- WISEMAN, T. P. Pulcher Claudius. *HSPh* 74, 1970, 207-221.
- _____. The Ambitions of Quintus Cicero. *JRS* 56, 1966, 108-115.